

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

FRANCIANE SEMEONI

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: SEUS DESAFIOS, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS**

FLORIANÓPOLIS, SC

2011

FRANCIANE SEMEONI

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: SEUS DESAFIOS, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora:
Prof^ª. Dr^ª. Eliete Cibele Cipriano Vaz

FLORIANÓPOLIS, SC

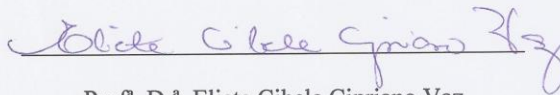
2011

FRANCIANE SEMEONI

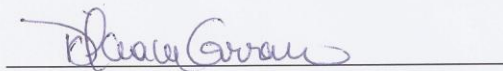
**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA: SEUS DESAFIOS, ATRIBUIÇÕES E
COMPETÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

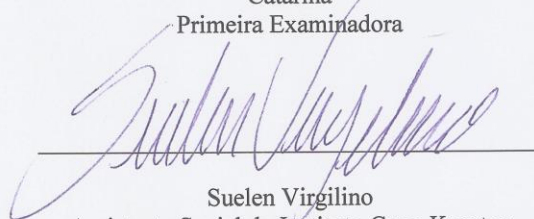
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina
Orientadora



Profª. Msc. Dilceane Carraro
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina
Primeira Examinadora



Suelen Virgilino
Assistente Social do Instituto Guga Kuerten
Segunda Examinadora

Florianópolis, 28 de novembro de 2011

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais por todo apoio, carinho e amor que me proporcionam. A minha mãe que mesmo não estando mais aqui, tenho certeza que esteve me acompanhando na conquista de mais essa fase de minha vida. Ao meu pai, que mesmo morando distante sempre pude contar com seu apoio, amizade e compreensão, AMO VOCÊS!

Aos meus irmãos Fabiana e Fernando, que de alguma forma contribuíram para meu crescimento, estando sempre ao meu lado, amo!

A minha querida e eterna amiga Michele por todo o apoio, confiança, carinho e ajuda que me proporcionou ao longo desses anos de amizade sincera, te amo!

A amizade verdadeira que conquistei, Lúcia, Eugênio e Eduardo. Só tenho a agradecer por tudo o que vocês fizeram por mim nestes anos, o aprendizado, os conselhos, o apoio, as vibrações positivas e as boas energias. Amo vocês.

As minhas colegas de faculdade que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando as angústias, dificuldades e também as alegrias, jamais vou esquecer esse tempo!

A minha orientadora Eliete, que esteve muito presente, ajudando, ensinando e contribuindo para o desempenho do trabalho. Muito Obrigada!

A minha supervisora de campo Suelen, além do aprendizado profissional e pelo exemplo de sua excelente atuação, sempre me ajudando e ensinando no campo do estágio, levo comigo sua amizade e os momentos de descontração e alegria que pude compartilhar.

A professora Dilceane que aceitou contribuir com esse trabalho, obrigada!

Ao Instituto Guga Kuerten, não tenho palavras para agradecer a oportunidade de ter conhecido uma instituição tão séria e competente, por todo o apoio e comprometimento às crianças e aos adolescentes que frequentam o projeto. Obrigada pela oportunidade de conhecer e aprender muito com todos os profissionais e colegas de trabalho.

Aos professores do Departamento de Serviço Social.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender a inserção e analisar as principais contribuições e desafios do assistente social na área da educação básica, a partir dos artigos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Apresenta a análise do processo da educação básica, no Brasil, a partir da concepção Marxista, bem como a atuação dos assistentes sociais, com apoio em autores como Piana (2009), Figueiredo (2011), Freire (2011), Veronese e Oliveira (2008), Konder (2002), Marx e Engels (2006). Através do estudo exploratório, buscamos o aporte teórico necessário para o entendimento da realidade registrada nos artigos, identificando a educação no seu sentido ampliado, muito além do aprendizado em sala de aula, mas perpassando os muros da escola, incentivando a participação da família e da comunidade neste processo. Também na análise das relações sociais e suas contradições, e, dessa forma, desvendar o papel do serviço social nesta área que é um dos pontos principais da pesquisa.

Palavras-chave: Educação, Educação Básica, Serviço Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, por sexo, segundo os grupos de idade (1999-2009).....	16
Gráfico 2- Média de anos de estudos das crianças de 10 a 14 anos de idade (1999- 2009).....	17

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Amostra.....	60
Quadro 2- Aspectos do trabalho do assistente social na Educação Básica.....	62
Quadro 3- Principais desafios profissionais.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CF- Constituição Federal

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LBA- Lei Brasileira de Assistência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

PBF- Programa Bolsa Família

SIS - Síntese de Indicadores Sociais

USAID- Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL, E OS PRINCIPAIS DESAFIOS.....	15
1.1 REDUÇÃO NAS TAXAS DE ANALFABETISMO.....	15
1.1.1 Adequação entre idade e nível educacional.....	17
1.1.2 Redução na taxa de evasão escolar.....	18
1.1.3 Implementação de Políticas e Programas Sociais duradouros.....	19
1.1.4 Efetiva democratização do ensino.....	21
1.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	21
1.2.1 Aspectos históricos.....	23
2 EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONCEPÇÕES.....	29
2.1 EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	32
2.1.1 Educação na concepção marxista.....	37
2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	39
2.2.1 Aspectos históricos do período de 1930 a 1960.....	39
2.2.1.1 Atuação profissional do assistente social.....	40
2.2.1.2 Ações políticas e legislações pertinentes.....	41
2.3.1 Aspectos históricos do período de 1960 a 1980.....	45
2.3.1.1 Atuação profissional do assistente social.....	45
2.3.1.2 Ações políticas e legislações pertinentes.....	47
2.3.2 Aspectos históricos do período de 1980 até os dias atuais.....	49
2.3.2.1 Atuação profissional do assistente social.....	50

2.3.2.2 Ações políticas e legislações pertinentes.....	51
3 O PERCURSO DA PESQUISA.....	56
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	58
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	59
3.3 EIXOS DE ANÁLISE.....	61
3.3.1 Análise e discussões.....	61
Eixo 1.1 Família, escola e serviço social na formação de um espaço democrático.....	66
Eixo 1.2 O trabalho do assistente social na educação, na lógica capitalista.....	70
3.3.1.1 Desafios profissionais na área educacional.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
ANEXO.....	94

INTRODUÇÃO

O tema educação é bastante discutido em nosso cotidiano e, como um processo complexo de ensino e aprendizagem, envolve uma série de questões que transitam por uma trajetória histórica regada de transformações.

A educação, na perspectiva crítica, não é considerada somente como um recurso para instruir o ser humano, mas, essencialmente, como um processo que contribui para que o sujeito conquiste sua liberdade, de forma autônoma e desenvolva o senso crítico.

Tendo, como base essa premissa, buscamos, na elaboração desse trabalho, respostas para as nossas principais indagações: Quais são as atribuições do profissional de Serviço Social inserido na área da Educação Básica? Quais os principais desafios desse profissional, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes? Quais as contribuições do Serviço Social que mais se evidenciam na área da Educação Básica?

Assim, tivemos como objetivo geral, compreender a inserção e analisar as principais contribuições e desafios do assistente social na área da educação básica.

Para o alcance desses objetivos, elencamos como objetivos específicos apresentar o panorama da educação básica, no Brasil, a partir do levantamento de dados de institutos de pesquisa; compreender a trajetória da Educação Básica brasileira e analisá-la a partir da elaboração da síntese histórica; identificar as principais atribuições, desafios e contribuições do Serviço Social, na área da Educação Básica, a partir da análise da ação profissional registrada em artigos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, tendo em vista que esse evento é reconhecido como um dos maiores encontros da categoria profissional no Brasil. Realizado a cada três anos pelo CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, com natureza político científica, com sua última edição ocorrido em 2010, discute, através de debates, artigos, publicações, lançamentos de livros, a categoria profissional em diversos âmbitos, abrindo espaços para a socialização de suas publicações para expandir as discussões pertinentes à categoria profissional.

A partir dos objetivos adotamos o estudo exploratório para o desenvolvimento do trabalho.

Na elaboração do panorama da Educação Básica, dados do IBGE (2010) nos apontam que a educação brasileira tem muito a melhorar, “Entre 1999 e 2009, a educação infantil (0 a 5 anos de idade), foi o nível de ensino que mais cresceu em termos de frequência (de 32,5%

para 40,2%), mas, nessa faixa etária, apenas 30,9% das mais pobres frequentavam Creche ou pré-escola, com esse percentual aumentando para 55,2% entre os 20% mais ricos. Na faixa dos 6 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental, o acesso à escola (97,8% em média) era praticamente igual em todos os níveis de rendimento. Na faixa de 15 a 17 anos (82,6% em média), a diferença entre os mais pobres (81,0%) e os 20% mais ricos (93,9%) chegava a quase 13 pontos percentuais. Para o grupo de 18 a 24 anos (31,3% em média), essa diferença era de 26 pontos percentuais e, mesmo entre os 20% mais ricos, metade dos jovens (49,6%) frequentava estabelecimento de ensino”.

Os dados mostram uma melhora nas redes de ensino, porém esse número ainda não é capaz de suprir as desigualdades que se tem nessa esfera e a falta de políticas públicas eficazes na manutenção do sistema escolar qualitativo.

Pudemos identificar, durante a elaboração do trabalho, que o sistema educacional passou por diversas mudanças ao longo dos anos, acompanhando as transformações na sociedade, ganhando caráter autoritário e punitivo, compreendido como uma das “soluções” para a qualidade no ensino, sendo esta ideia intrínseca até nos dias atuais.

A educação sofre, tenazmente, os reflexos do sistema capitalista, sendo utilizada, muitas vezes, para favorecer os interesses do capital e, portanto, servindo como uma potente forma de alienação da sociedade, contribuindo para a prevalência dos princípios do referido sistema.

A educação, na sua concepção ampliada, superando a produção capitalista, contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e na promoção da liberdade e da autonomia do sujeito. Para que isso ocorra, deve ser encarada, perpassando o espaço escolar e refletindo na possibilidade da participação da família e da comunidade nestes espaços, para que as demandas identificadas na escola sejam trabalhadas de forma abrangente, pois a vida do aluno não começa na escola e não se restringe ao âmbito escolar.

Essa perspectiva da realidade se constitui como um importante aporte para orientar a ação dos profissionais do serviço social, nesta área. Podemos identificar seu crescimento constante neste âmbito, trabalhando com a expressão da questão social, buscando conhecer o cotidiano do aluno e contribuindo na construção de políticas eficientes que direcionem a educação para a transformação social, de maneira a superar a lógica de alienação do capital.

Para a elaboração das seções e análise dos artigos apresentados no XIII CBAS, buscando olhar criticamente a educação básica no Brasil e mostrar a importância do serviço

social nesta área, primeiramente realizamos pesquisa bibliográfica, intrínseca ao estudo exploratório, para o alcance do aporte teórico necessário.

Selecionamos os artigos a partir de consulta ao CD ROOM do CBAS, realizando busca através de palavras-chave como: “educação” e “educação básica” e, assim, procedemos à leitura dos resumos que discutiam sobre o tema. Selecionamos 14 (catorze) artigos e após a leitura integral elegemos 7 (sete), os quais foram analisados a partir de 2 eixos temáticos: 1) Aspectos do trabalho do assistente social na educação básica, tendo como subeixos: Família, Escola e Serviço Social na formação de um espaço democrático; O trabalho do assistente social na educação básica, na lógica capitalista; e 2) Principais desafios profissionais.

O primeiro eixo discute as atribuições e competências do serviço social na educação, como ocorre a atuação do assistente social no espaço escolar, junto aos outros profissionais, e também no ambiente externo à escola, conhecendo a realidade do aluno, identificando demandas, interagindo com a família e comunidade, buscando a participação destas no envolvimento escolar corroborando para a educação democrática e de qualidade que tanto se almeja.

No segundo eixo são expostos alguns desafios enfrentados no cotidiano do trabalho, como o serviço social lida com as influências do sistema capitalista na educação, sua reprodução nestes espaços e quais as formas que o profissional enfrenta para superar esta ideia e transformá-las para a construção de um ambiente democrático, estimulando o desenvolvimento crítico dos alunos e prepará-los para serem autônomos, exercendo sua liberdade e lutando pelos seus direitos.

Para melhor análise destes eixos, estruturamos o trabalho em três seções para o alcance dos objetivos.

A primeira seção está pautada na discussão dos índices da educação no Brasil, trazendo dados atuais do IBGE (2010), comparado com a educação em outros anos, por regiões e idade. Assim, podemos observar a melhora, comparando com as dificuldades que ainda rege a educação. Seus índices de desigualdade, frequência escolar, alfabetização, evasão, nos remetem a questionar sobre a transformação que a educação sofreu durante os anos e pensar em novas possibilidades para atingir uma educação pública e de qualidade. Diante disso, discutimos também as contribuições do assistente social, enfatizado a pesquisa realizada pelo CFESS/CRESS (2011), sobre a distribuição dos assistentes sociais na área da educação, no Brasil.

Na segunda seção apresentamos aspectos principais do contexto histórico da educação a partir de meados da década de 30 até os dias atuais, com ênfase no surgimento e desenvolvimento do trabalho do assistente social nessa área, bem como a incorporação da educação no sistema capitalista, através de algumas concepções marxista, entendendo seus entraves, desigualdades e as formas de exploração.

Na terceira seção analisamos os artigos que elencamos pertinentes para o tema educação básica, com discussões do trabalho do assistente social, com ênfase nos seus desafios, tendo como base todo o contexto elaborado nas seções anteriores.

Assim, a pesquisa instigou alguns questionamentos sobre as poucas obras existentes sobre a inserção do assistente social na educação, sendo um dos entraves enfrentados pelos profissionais que trabalham na área, pois é essencial uma teoria bem fundamentada para qualificar as nossas ações.

Assim, registramos a relevância do presente trabalho que destaca o trabalho do assistente social na educação, enfatizando suas principais discussões teóricas, sua importância no processo de transformação da educação básica para o alcance de um ensino público, de qualidade e efetivamente democrático, entendendo, para isso, importantes desafios e contradições que a permeiam. Tais elementos compuseram a pesquisa, cujos resultados reforçaram a importância de se propor soluções e construir conhecimentos para se pensar a superação da alienação da sociedade, especialmente, em instituições de ensino básico, que corroborem para a formação de cidadãos com consciência crítica.

1 A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, E OS PRINCIPAIS DESAFIOS

A Política de Educação prevê, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no seu art. 4, o atendimento de todo cidadão brasileiro em escola pública, de qualidade e a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, do Capítulo III, versa que a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado e da família, afim de que o ser humano possa se desenvolver plenamente, exercer sua cidadania e preparar-se para o trabalho. Este artigo da Constituição Federal ainda é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, no artigo 53:

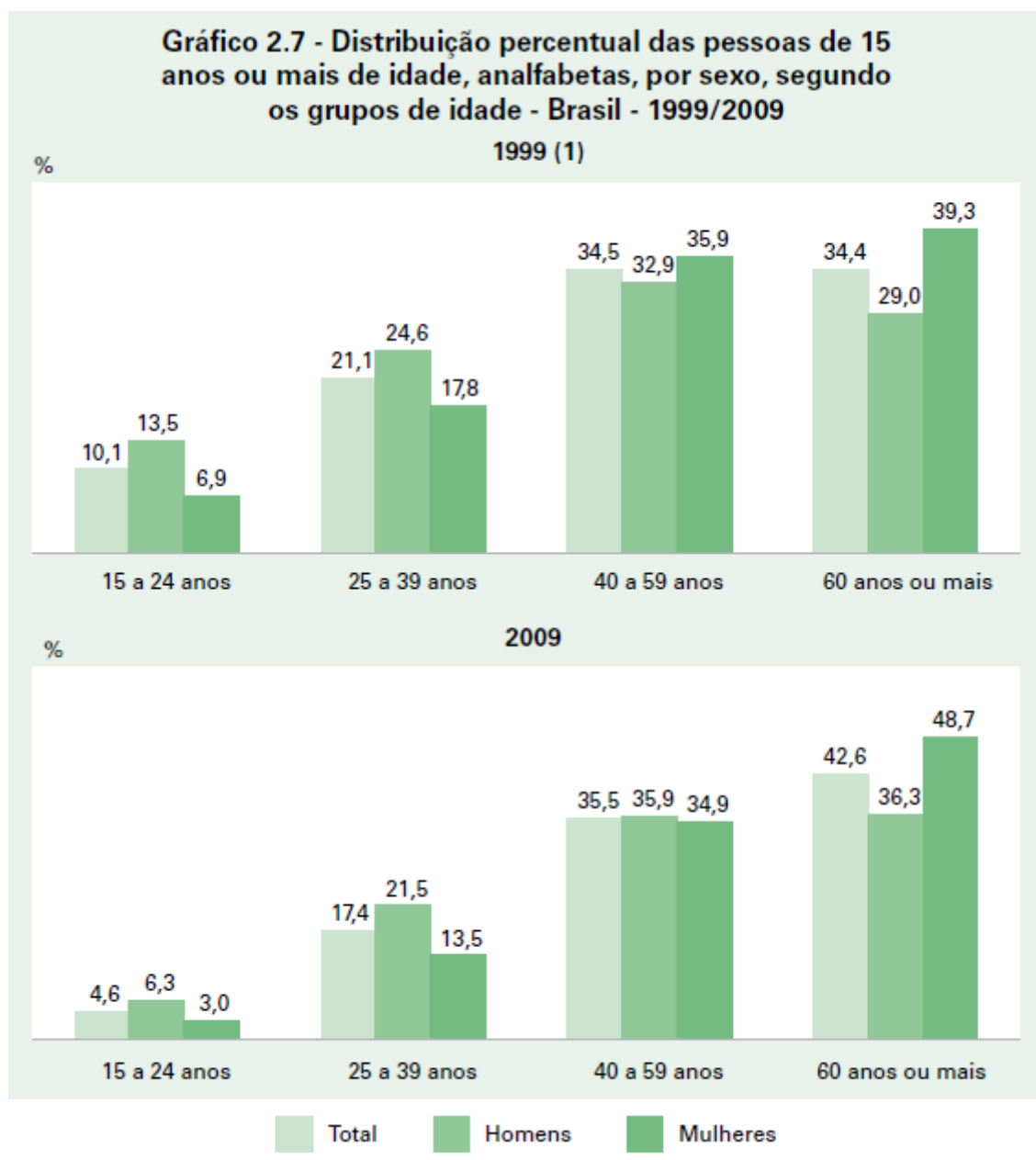
A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

No Brasil há grandes desigualdades que estão atreladas diretamente com as condições de permanência do estudante na escola, como a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, sendo estas constituídas por diversos fatores que requerem rigorosa intervenção profissional e do Estado, com ações efetivas.

1.1 REDUÇÃO NAS TAXAS DE ANALFABETISMO

Dados do IBGE (2010) indicam que, em relação a taxa de analfabetismo, houve uma redução que comprova as mudanças ocasionadas pelo ensino. Enfatizam que “das pessoas de 15 anos ou mais de idade baixou a taxa de analfabetismo de 13,3%, em 1999, para 9,7%, correspondendo a um contingente de 14,1 milhões de pessoas”. Apesar desses números serem positivos, essa taxa, no Brasil, é muito elevada se comparada com outros países. Segundo o Gráfico 1 “nota-se também que, neste grupo, as mulheres são mais alfabetizadas do que os homens. Contudo, os maiores decréscimos foram registrados na faixa de 15 a 24 anos de idade: para os homens, esse declínio foi de 7,2 pontos percentuais e, para as mulheres, 3,9 pontos percentuais” (IBGE, 2010).

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

1.1.1 Adequação entre idade e nível educacional

Outro fator importante que o IBGE (2010) apresenta é o índice de alunos com disparidade entre idade e nível escolar:

Houve uma melhora em relação a 1999, mas ainda cerca de metade dos alunos entre 15 a 17 anos, que freqüentam a educação básica, não estava no nível adequado, em 2009, para sua faixa etária. Este indicador para os adolescentes residentes na Região Nordeste revela uma grande disparidade territorial – em 2009, somente 39,2% estavam no nível médio, não chegando a atingir os 42,1% alcançado pelos adolescentes residentes na Região Sudeste, em 1999.

Segundo o IBGE (2010) houve um reduzido progresso, entre 1999 e 2009, um atraso na média de anos de estudos das crianças entre 10 a 14 anos, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A baixa escolarização dos alunos muitas vezes, ocorre em decorrência dos atrasos no ensino médio. “É fato constatado que a maioria das crianças brasileiras ingressam neste ciclo sem antes ter cursado o pré escolar, o que acarreta, no início do processo, um atraso em média de dois anos. (IBGE, 2010, p. 48).

Apesar dos dados numéricos, fica evidenciado que as políticas voltadas para a educação básica ainda não conseguem atingir a população de forma organizada e igualitária, mas agem de forma contraditória e focalizada, atendendo uma parte mínima da população.

No que diz respeito ao percentual de pessoas nas instituições de ensino, a Síntese de Indicadores Sociais 2010 (SIS) defende:

A evolução do ensino entre 1999 e 2009, com aumento, por exemplo, do percentual de pessoas que frequentam instituições de ensino em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade – embora o rendimento familiar per capita ainda seja um fator de desigualdade no acesso à escola, sobretudo nos níveis de ensino não obrigatórios (infantil, médio e superior). Apesar da maior democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/nível educacional ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, em que só 50,9% dos estudantes estão no grau adequado (ensino médio).

Embora haja ênfase no sentido de que as desigualdades estão diminuindo no âmbito da educação, ainda temos em vista muitos problemas sociais permeando o ensino brasileiro. No que diz respeito ao acesso à educação e a permanência nos bancos escolares, os dados revelam que há um índice muito baixo de anos de estudos concluídos. Segundo o IBGE (2010), “em 2009, o brasileiro de 15 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,5 anos de estudo, ou seja, não conseguiu concluir o ciclo fundamental obrigatório, direito adquirido constitucionalmente. Na Região Sudeste, essa média atingiu 8,2 anos, enquanto na Região Nordeste, apenas 6,7”.

1.1.2 Redução na taxa de evasão escolar

Em relação à evasão escolar, outro agravante que atinge as escolas, segundo o levantamento do IBGE (2010), “14,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos não frequentavam a

escola em 2009 e quase um terço (32,8%) da população de 18 a 24 anos tinham deixado os estudos precocemente, sem completar o ensino médio”. Numa comparação com os países do Mercosul, o Brasil era o que tinha a maior taxa de abandono do nível médio, na região, “de 10%, em 2007, contra 7% na Argentina, 6,8% no Uruguai, 2,9% no Chile, 2,3% no Paraguai e 1% na Venezuela.” IBGE (2010).

Esses dados destacam, mais uma vez, que a qualidade de ensino não é apenas um agravante indicando que somente os problemas internos da educação merecem auxílio, mas suscitam questionamentos, como até que ponto o aluno está apto a continuar frequentando as redes de ensino de forma continuada? Os seus problemas externos tornam-se, de fato, uma questão para pensar as demandas na educação?

Dourado (2007, p. 925), sublinha questões importantes relacionadas aos processos de organização e gestão da educação básica nacional:

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação.

1.1.3 Implementação de Políticas e Programas Sociais duradouros

Constatou-se nos dados do IBGE (2010) que houve mudanças significativas na educação, mas que não foram verificadas referências específicas que evidenciam esse fator, “mas a verdade é que foram os esforços conjugados dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, a participação crescente da comunidade e da sociedade nos assuntos da escola, e principalmente uma convergência de políticas corretas e duradouras, os responsáveis pelos resultados” (GOUVEA, 2011 p. 14).

Dentre as mudanças constatadas, referentes ao ensino no Brasil, alguns dos resultados foram alcançados pela incidência dos programas de governo que possibilitaram que os alunos frequentassem as escolas, através das condicionalidades exigidas por estes, por exemplo, o

Programa Bolsa Família (PBF) que teve sua expansão em 2004 e incorporou os beneficiários de programas anteriores de transferências de renda, exigindo que os filhos dos beneficiários entre 6 a 16 anos frequentem, no mínimo, 85% das aulas, todos os meses. Sobre o PBF, segundo dados do IBGE (2010) “são cerca de 16 milhões de crianças, adolescentes e jovens, o que corresponde a perto de 40% do total dos alunos do ensino fundamental. No Nordeste, esse índice chega a alcançar quase metade das matrículas”. Segundo o site do governo federal, Portal Brasil (2011):

O Bolsa Família reduz a evasão escolar em 36%, entre crianças de 6 a 16 anos, segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A proporção dos que não frequentam escola cai de 8,4% para 5,4% com o benefício. Os pesquisadores compararam populações semelhantes que recebem ou não o Bolsa Família, a partir de dados de 1999 e 2007, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os índices mostram que com a imposição dessas condicionalidades, a educação básica tem tornado os alunos mais presentes em sala de aula. Mas até que ponto pode-se garantir que os estudantes dentro da escola estão recebendo a educação de qualidade proposta? Essa é umas das contradições que implicam nessa questão e que são as bases de discussões que permeiam a área educacional.

A educação de qualidade, sem dúvida, constitui um dos direitos fundamentais que compõem a cidadania. Não existe cidadania plena sem educação. Porém, a possibilidade de ascensão social e o exercício dos direitos fundamentais, tudo isso requer muito mais que o acesso à educação. A vigência dos direitos sociais depende, por exemplo, do pleno emprego, do acesso à saúde e à moradia digna. A falta de investimento nessas áreas tende a proporcionar condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades educacionais, quando elas existem. (GALVÃO, 2008, p.2).

Porém, muitos programas não são suficientes para cumprir esse papel e diminuir as desigualdades, muito pelo contrário, alguns possuem caráter fragmentado, sem estratégia pedagógica suficiente para que haja uma mediação do Estado em suprir as necessidades que o ensino básico possui. Para Dourado (2007, p. 928).

Trata-se de um cenário ambíguo, no qual um conjunto de programas parece avançar na direção de políticas com caráter inclusivo e democrático, enquanto, de outro lado, prevalece a ênfase gerencial, com forte viés tecnicista e produtivista, que vislumbra nos testes estandardizados a naturalização do cenário desigual em que se dá a educação brasileira

1.1.4 Efetiva democratização do ensino

Mesmo que alguns indicadores apontem que os dados sobre a educação no país estão tendo avanços, de uma forma geral, não se pode constatar que a estrutura escolar é qualificada somente pelo número de alunos matriculados nas escolas, mas envolve outros fatores predominantes, como afirma Dourado (2007, p. 940): “essas constatações contribuem para a compreensão de que a democratização do ensino não se dá somente pela garantia do acesso, requerendo sua oferta com qualidade social, para otimizar a permanência dos estudantes e, desse modo, contribuir para a melhoria dos processos formativos e a participação cidadã”.

A educação significa muito mais do que considerar o aluno dentro de uma sala de aula, mas constitui-se em algo amplo, como a qualidade do processo ensino-aprendizagem e se o educando está preparado para ter uma visão da sociedade, refletindo sobre os processos da vida social, especialmente de forma crítica. No âmbito escolar, o aluno deveria contar com a apreensão de conceitos fundamentais como autonomia, liberdade e cidadania, de maneira a conhecer e exercer seus direitos. Como percebemos pelos dados apresentados, a educação é preocupante na sociedade brasileira, onde muitos ainda não têm acesso a uma educação qualificada e universal.

Se faz necessário um rigoroso acompanhamento e avaliação dessa política para que possa responder às reais demandas de seus usuários. Pois é neste âmbito que é importante pensar as desigualdades sociais como reflexos que incidem no sistema educacional, um reflexo das políticas brasileiras, nas suas diversas áreas.

1.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante desses fatos, há um longo caminho a ser percorrido para desvendar o que precisa realmente ser feito para que os alunos tenham melhores condições de ensino, dentro das escolas. Porém, a relação entre educação e cidadania não é assunto novo no Brasil. A maior parte dos estudos realizados até agora tende, entretanto, a apontar o direito à educação como sendo o grande instrumento de promoção da cidadania (GALVÃO, 2008, p.5):

Todas essas questões se articulam às condições objetivas da população, em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, revelada nos indicadores sociais preocupantes e que, nesse sentido, carece de amplas políticas públicas, incluindo a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão, com qualidade social, na educação básica.

A Política de Educação encarou alguns desafios, na sua trajetória, para tentar conquistar o direito ao acesso universal de uma educação de qualidade. Desta forma, a conjuntura histórica revelou alguns entraves na sociedade para a realização desses direitos, seja pelos interesses divergentes que contribuem fortemente para que a população encare a educação de forma alienada¹ ou insuficiente esforço do Estado em se responsabilizar pelo acesso e permanência no ensino.

O direito ao acesso universal é garantido, como vimos, pela Constituição Federal de 1988, porém, essa discussão é repensada até os dias de hoje. As políticas sociais referentes à educação tomaram rumos diferentes, permanecendo, na maioria destas, o caráter focalizado e seletivo, fugindo da ideia da política educacional pública para a garantia dos direitos. (CFESS/CRESS, 2011).

Dessa maneira, o especial trabalho do assistente social na área da educação, nas respectivas instituições de ensino, volta-se para a obtenção do acesso à educação e as condições de permanência do aluno, na escola. Porém, precisa estar consciente que sua inserção está pautada nas contradições presentes, no que diz respeito aos interesses de classes no controle social e o papel do Estado, onde o quesito trabalho ainda é marcado como umas das questões centrais da sociedade neoliberal.

No campo educacional, onde há predominância das desigualdades sociais, econômicas, culturais, explicitadas nos dados apresentados anteriormente, podemos confirmar a importância e necessidade do trabalho do assistente social neste âmbito, para o

¹ Pressupõe a condição de saída de si mesmo, gerando uma ideia de falsa consciência. O sujeito que está alienado está condicionado a uma ideia que é externa a si. Para Marx (1982) a alienação é histórica, onde o homem não se reconhece no produto do seu trabalho, tornando-o estranho. Esse estranhamento está desde o ato da produção do produto até no seu resultado.

enfrentamento das expressões da questão social² e na implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de uma política educacional viável.

Os assistentes sociais, situados num terreno movido por interesses distintos e contraditórios, não escapam aos fios que tecem a vida da sociedade mas procuram, como profissionais, decifrar as mediações que na atualidade permeiam a questão social desfazendo os seus nós. Ao mesmo tempo, procuram projetar e dar mais visibilidade às formas de resistências e luta, por vezes, ocultas mas presentes na realidade (ARCOVERDE, 1999, p. 79).

Mesmo que o trabalho do assistente social, na área da educação, ainda seja incipiente, as instituições de ensino estão sendo, cada vez mais, campo de trabalho para esses profissionais.

O assistente social busca a emancipação³ do ser humano, construção de conhecimento e transformação da realidade, possui na área da educação um caminho a percorrer, entendendo as necessidades, nesse âmbito, e inserindo-se nesta realidade.

1.2.1 Aspectos históricos

O trabalho do assistente social na educação não é um tema recente para a profissão, está intrínseco desde o surgimento do serviço social no Brasil, em 1936. Porém, ganhou ênfase a partir da década de 90, dado o interesse da profissão em se inserir nesse âmbito, reforçado pelos estudos e pesquisas que estavam surgindo e pela fase de democratização que o país conquistou a partir da década de 80. Alguns desses estudos remetem a discussão do assistente social inserido na Política da Educação, para defender o seu caráter emancipatório.

Um recente estudo realizado pelo Grupo de Trabalho CFESS/CRESS⁴ apresentou uma discussão recente sobre o serviço social na educação, mapeando os profissionais que atuam

² Yamamoto (2007) considera a questão social as relações sociais caracterizada pela contraditoriedade das formas de organização e dominação da sociedade capitalista, onde ocorre o aprofundamento das relações de desigualdade, miséria e pobreza.

³ Emancipar relaciona-se ao processo, individual e coletivo, de considerar pessoas ou grupos independentes e representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais e países da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (PIZZI, 2005).

⁴ Em 2001 é constituído o “Grupo de Estudos Serviço Social na Educação”, com “o objetivo de contribuir com o processo de discussão que se configurava no cenário nacional.” (CFESS/CRESS, 2011, p. 5).

nessa área, por regiões do país, mostrando seus desafios e avanços, articulações com outros profissionais na área da educação, bem como sua participação em projetos, conferências, pesquisas e respectivos materiais teóricos publicados sobre o assunto, fomentando, assim, uma discussão para que se produza cada vez mais arcabouço teórico e reflexões acerca do tema educação.

[...] o documento não tem qualquer pretensão de encerrar o debate, nem de se configurar como síntese a ser utilizada como única e última referência ao exercício profissional ou a intervenção política da categoria, mas de oferecer subsídios para o debate, a partir de um aprofundamento teórico metodológico, um compromisso ético político e uma qualificação técnico-operativa, bem como reafirmar a perspectiva dos direitos inerentes a direção construída pelo serviço social brasileiro. (CFESS/CRESS, 2011, p. 4)

Essas discussões culminaram com a realização de Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS. Em 2001, no 30º Encontro, foi constituído um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” GT educação, no qual “[...] se problematizou a função social da escola, a educação como direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do assistente social” (CFESS/CRESS, 2010, p. 5). Além disso, debateu-se a inserção do serviço no Ensino Fundamental e Médio.

Os encontros foram sendo realizados para fomentar a discussão e dar conhecimento dos avanços do assistente social na educação. Em 2010, o GT educação elaborou um levantamento sobre o trabalho do assistente social nessa área, em todas as regiões do país. Para a coleta de dados, foram entregues “Fichas de Identificação das Instituições e da Equipe”, que continha informações básicas, como por exemplo, qual é a instituição, qual política a que se vincula e entregue também um “Questionário com Roteiro” (ANEXO A), com nove perguntas referentes ao trabalho dos assistentes sociais na educação, seus desafios, articulações, trabalhos com a equipe institucional. (CFESS/CRESS, 2011).

Foram estabelecidos alguns critérios de organização dos dados identificados nos questionários: 1) Identificação- coleta de todos os dados, análise das regiões, qual o número de profissionais inseridos na educação, quais as dificuldades enfrentadas no preenchimento do questionário até a sua entrega; 2) Tabulação- possibilitou perceber a quantidade de fichas recebidas e preenchidas e total que foi entregue, bem como a distribuição das fichas por nível de política de educação; 3) Classificação; 4) Categorização – foram separados os questionários, para análise das respostas, a partir dos conteúdos apresentados; 5) Análise

preliminar- os temas foram analisados de forma qualitativa, a partir da elaboração de um texto com as informações obtidas e com o cruzamento dos dados; 6) Apresentação da análise- essa etapa foi constituída da apresentação dos textos sobre o debate, o conteúdo da análise, os resultados e as produções teóricas sobre o assunto.

Diante das nove questões colocadas no roteiro, a pesquisa apontou algumas conclusões, evidenciando que o trabalho do assistente social, na área educacional, tem um longo caminho a percorrer. Mesmo esse trabalho não sendo algo novo para a profissão, revelou que seu aporte teórico ainda é restrito, com poucas obras publicadas sobre o assunto. Com isso, os assistentes sociais se pautam em autores de outras áreas para seu embasamento, bem como nas principais legislações do campo educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em relação “a concepção de serviço social que orienta o trabalho do assistente social na Política de Educação” mostrou que há diversas respostas, com algumas particularidades:

A maior parte das respostas, [...] aponta para a afirmação de uma concepção de profissão sintonizada às lutas sociais por uma nova ordem societária que se traduz em ações que valorizam uma educação emancipadora. Para além desta compreensão são destacadas formas de conceber a atuação do serviço social, na área da educação, em articulação com os processos de controle social e luta pelos direitos sociais, assim como indicações de ordem metodológica. Há de se observar a referência à inserção do serviço social na divisão social e técnica do trabalho, a necessidade de ações investigativas e de desvelamentos das múltiplas determinações da realidade. (CFESS/CRESS, 2011, p. 39)

Entre essas questões mais pontuais foram destacadas também outras respostas significativas que apontam para os projetos realizados, tanto para a prevenção nos trabalhos com as famílias, quanto para articulações com redes e/ou órgãos e conselhos, para a garantia dos direitos.

O processo de ‘inclusão’ da sociedade no que se refere às políticas e programas educacionais, o trabalho do assistente social se dá por diversas maneiras. Segundo a pesquisa do CFESS/CRESS (2011, p.51), esta ocorre pelas:

[...] políticas de cotas e ações afirmativas, as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudos, as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia e transporte), os programas de “pais sociais”, os processos de elegibilidade para ingresso na educação infantil, a elaboração de critérios a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade, as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda, a consolidação da educação inclusiva, os pedidos de aplicação de medidas protetivas, o acompanhamento das medidas socioeducativas, a elaboração dos planos

individuais de atendimento, os programas de erradicação do trabalho infantil, a assessoria no âmbito do Ministério Público, o acesso à educação pelos internos do sistema prisional e os vestibulares comunitários são algumas das expressões concretas de como, ao longo da última década, a questão do acesso e da permanência na educação escolar tem sido enfrentada a partir da interface da educação com diferentes políticas públicas [...].

Porém, essa atuação do serviço social é muito mais ampla no que refere à execução dessas políticas, pois o assistente social necessita desvelar a realidade e compreendê-la dentro da dinâmica das contradições, no âmbito das desigualdades sociais, reprodução das formas hegemônicas de atuação da sociedade e do Estado.

É no âmbito da relação capital/ trabalho que se realiza o trabalho do assistente social, lugar onde se evidenciam as desigualdades e contradições. No campo da educação, o seu papel essencial é trabalhar com as diversidades humana, social e cultural, mostrando novos olhares para a realidade social, bem como a necessidade de transformação social.

Em qualquer campo de trabalho que atue, o Assistente Social apóia-se no compromisso em lutar pela garantia dos direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos. Especificamente no campo da educação, o Serviço Social assume como perspectiva trabalhar, também, o desenvolvimento do aluno - o despertar desse público como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de idéias inovadoras, questionadores da sua realidade e participantes ativos da sua história. (SOUZA, 2005, p. 30).

Para que a apreensão adequada dessa realidade aconteça, o profissional precisa conhecer a Política de Educação e as diretrizes que a cercam, compreendendo as diferentes dinâmicas da sociedade, traçando perspectivas para trabalhar no âmbito de uma educação emancipatória e extinguindo o modo alienado de observar a sociedade, aprofundando seus conhecimentos teóricos.

As escolas recebem demandas que se localizam no conjunto das expressões da questão social que, muitas vezes, não está preparada para atender, como, por exemplo, a questão da fome, violência, desigualdades, conflitos familiares, entre outros. Os professores, inseridos neste contexto, não são formados para lidarem com esses determinados tipos de demanda. Diante disso, o assistente social como integrante de uma profissão interventiva da realidade social pode ‘tratar’ a demanda em rede, defendendo a igualdade no acesso e a permanência do aluno na escola.

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p. 6)

Existem diversos problemas sociais em torno da educação que refletem frontalmente na relação ensino aprendizagem, interferindo nas relações humanas, dentro da escola. Junto com a equipe, no âmbito escolar, com a comunidade e com família, o assistente social desenvolve ações profissionais no sentido de alcançar uma resolução coletiva desses problemas. Com isso, o assistente social incorpora, junto com a dinâmica escolar, a mobilização, a manifestação e a participação da família, comunidade e escola na luta para a obtenção dos seus direitos, especialmente, de ensino universal, visando uma efetiva política pública. Porém, essa participação familiar na escola é um dos grandes entraves para o assistente social, pois, como mostra a pesquisa do CFESS (2011), essa se dá de forma restrita, com pouca articulação da escola com a comunidade e família, sendo que “a participação de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional é ponto central para a garantia da qualidade na educação” (CFESS/CRESS, 2011, p. 44). O assistente social, durante a sua formação, conta com esse aporte teórico para a compreensão da realidade, enfrentando desafios no campo educacional.

Podemos citar que o olhar da equipe interdisciplinar, com o qual o profissional trabalha, muitas vezes é focalizado e estigmatizado como um trabalho meramente assistencialista. Em sua maioria, a equipe que compõe o âmbito escolar, não possui uma formação para intervir na realidade, compreendendo as expressões das questões sociais (CRESS/CFESS, 2011). Dessa forma, o trabalho do assistente social poderá dar um aporte para a equipe, neste âmbito, rompendo com a ideia focalista e assistencialista que se tem da profissão, introduzindo ações, programas, projetos, conforme preceitua a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, 1993) sobre suas atribuições e competências, para o rompimento com as ideias tradicionais e pautando-se em uma dimensão crítica da sociedade.

Segundo Piana (2009, p. 190):

O aspecto educativo da profissão perpassa por todo contato do profissional com o usuário do seu trabalho. E o que espera desse profissional é que esteja devidamente habilitado para analisar e intervir na realidade social desenvolvendo sua formação

teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de forma crítica; saiba definir estratégias de intervenção para a garantia dos direitos do cidadão; saiba desenvolver trabalhos de parceria para assumir trabalhos de gestão pública na área das políticas sociais em geral; compreender a questão social bem como suas expressões na realidade social e estabelecer relações efetivas entre profissional e classe trabalhadora para um trabalho com perfil educativo e pedagógico comprometido.

A área da educação ainda revela muitos entraves para o serviço social. Além da profissão ter olhares diferenciados dos outros profissionais que trabalham no âmbito escolar, lutam por uma educação de qualidade para a consolidação de escolas democráticas, bem como para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na mediação das relações sociais e institucionais.

Está em fase de implantação o Projeto de Lei (PLC 60/2007), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica, onde o profissional do serviço social poderá ganhar maior visibilidade, articulando as escolas com as políticas públicas, identificando fatores que levam as interferências que atinge a permanência e o rendimento do aluno no âmbito escolar, elaboração de projetos pautados na inclusão, interlocução com a família e a comunidade, realizando mobilizações e movimentos para a maior participação destas para a garantia dos direitos. (CFESS/CRESS, 2011).

São nesses espaços e com essas iniciativas que o trabalho do assistente social se torna cada vez mais concreto dentro da política de educação; efetivando um trabalho na busca da totalidade e criticidade, utilizando estratégia para a transformação social, dando voz aos excluídos que fazem parte desse campo, para que estes tenham qualidade no ensino, busquem seus direitos e permanência na educação, bem como sua emancipação e seu reconhecimento como sujeitos essenciais para a consolidação da superação das desigualdades sociais.

2 EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONCEPÇÕES

A educação envolve processos de ensinar e aprender que são fundamentais para a manutenção e continuidade da vida em sociedade. Tais processos vêm sendo construídos desde os primórdios da humanidade, para a transmissão dos modos de ser, estar e agir em sociedade. A educação é marcada por diversidades de ideias e pautada, muitas vezes, no senso comum⁵, sendo uma reprodução social. Porém, vai além da construção de um conhecimento, como coloca Veronese e Oliveira (2008, p. 09):

Um dos aspectos que mais consideramos na educação é que a mesma deva favorecer o aprimoramento das potencialidades do indivíduo e, conjuntamente, ser endereçada a composição e formação de valores que possibilitem a sua convivência harmônica para além da cultura, da sua ideologia e do tempo.

Muitas vezes, a compreensão sobre a educação denota ser restrita a formas hierarquizadas de relações sociais, ‘alguém manda e outro obedece’, não transcendendo essa concepção para apreender esse processo de forma crítica, de maneira a transformá-la para o seu aprimoramento. Com isso, “não deixamos de transformar somente por sermos adeptos à estabilidade, pela nossa adesão ao estruturalmente instituído, mas nos tornamos agentes antitransformadores pela nossa pseudo adesão” (VERONESE; OLIVEIRA, 2008, p. 33).

Os referidos autores afirmam que a educação pode ser considerada um conjunto de rede de relações, pois se desenvolveu através da transmissão de conhecimentos, através de um saber prévio, que não está presente somente na escola, mas sim por toda parte, como na família, na sociedade.

Veronese e Oliveira (2008) pontuam que a educação passou por um processo histórico repleto de contradições que, aliás, não correspondem ao seu real significado, pautada na ideologia da punição como o principal meio para a resolução dos problemas. Ponderam que a educação tem caráter libertador e como um “conhecimento ação” opera para a transformação social.

⁵ É o que se aprende no cotidiano, sem questionar ou aprofundar resultados ou o significado. Origina-se de opiniões do dia-a-dia das pessoas e não necessita de um aprofundamento científico, sendo um saber informal e acrítico.

A educação - no seu sentido amplo- é libertadora de mentes e corpos, ela quebra correntes, abre as portas não apenas do saber, enquanto racionalidade, abstração, mas para além disso, um conhecimento ação. Um conhecimento capaz de, efetivamente, transformar, traspor e conciliar realidades, concepções, enfim, de um conhecimento capaz de fazer com que, ao nos posicionarmos como sujeitos de nossa própria historicidade, consigamos realmente ser neste processo. (VERONESE E OLIVEIRA, 2008, p. 11).

Nesse aspecto, para alcançar amplitude, precisa-se caminhar no sentido contrário da história socialmente construída de “educar através da punição”, e educar a partir da capacidade das pessoas interpretarem o significado das coisas, de maneira que estas valorizem e definam bem seu aprendizado, de forma positiva. A educação, “transforma, acredita, desperta a consciência, valoriza a liberdade, a diversidade, o respeito e a dignidade humana. Possibilita ao ser humano redescobrir sua humanidade” (VERONESE E OLIVEIRA, 2008, p. 30).

A mudança em questão se refere a ter um olhar apropriado sobre a educação, de maneira que impulse a retirada da venda dos olhos, transcenda o senso comum e, assim, cumpra adequadamente o seu papel de, orientar, informar, provocando mudanças em atitudes de preconceito. Nesse sentido, além da sociedade, cabe ao Estado reavaliar o real significado da educação. Segundo Veronese e Oliveira (2008, p. 9):

Um dos aspectos que mais consideramos na educação é que a mesma deva favorecer o aprimoramento das potencialidades do indivíduo e, conjuntamente, ser endereçada à composição e formação de valores que possibilitem a sua convivência harmônica para além de sua cultura, da sua ideologia e do tempo [...]. Para tanto, a educação deve atentar-se de forma a promover as bases necessárias à constituição da consciência, à construção de uma cultura e estrutura de paz. Cultura esta que enseja um compromisso real com a liberdade e em especial com a tolerância, estrutura que seja capaz de sustentar, solidamente, este compromisso diante de cada desafio.

A sociedade é formada pela pluralidade de ideias e conhecimentos, cada pessoa possui sua particularidade, sentimentos, desejos. Sendo assim, ao invés de pré julgar o outro, é necessário ter um olhar crítico e não alienante e, sobretudo, saber somar as diferenças, de maneira construtiva, visando projetos coletivos. Dessa maneira, Veronese e Oliveira (2008, p. 10) colocam como forma de educar, “a educação [...] como sendo ponte, vínculo, ser garantia da existência humana, com o intuito de obter sua plena realização através dessa aprendizagem em contato com o distinto, com o diverso.”

Na concepção de Paulo Freire (2011), a educação é um ato político, pois significa transformar o contexto em que se está envolvido, para que o sujeito tenha consciência e seja capaz de identificar as desigualdades, as formas de exploração desencadeadas pelo sistema e, assim, provocar mudança na realidade que está posta.

Dessa forma, a educação não é neutra, não serve da mesma forma para todas as pessoas em uma determinada sociedade, pois existe o conflito de interesses e as diferentes classes sociais. Para Freire (2011), a educação tem como objetivo contribuir com quem, de fato, se compromete com a mudança da realidade.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2011, p. 94).

O sentido da educação, em destaque, não é aquele que o educador “deposita” conteúdos no educando, mas que o considera como sujeito capaz de, juntamente com outros, organizar-se para transformar a sociedade através do seu conhecimento. No campo do conhecimento, todos têm muito a aprender um com o outro. Mesmo que o educador tenha um conhecimento mais específico, a educação está pautada a partir do saber e das práticas dos educandos e com as pessoas envolvidas no processo educacional (FREIRE, 2011).

Com isso, percebemos que para Freire (2011), à educação também cumpre responder as aspirações, aos sonhos, as necessidades da sociedade e, para isso, precisam ser ouvidas, conhecidas. Isso é necessário para que as pessoas tenham um processo de reflexão, autonomia, buscando a emancipação. A educação deve ser libertadora, para que possamos compreender a realidade que se vive e não apenas “bancária”⁶, onde é imposto aos alunos como que devem pensar, mas sim estimulá-los a pensar. Para Freire (2011, p. 94) [...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de

⁶ Expressão usada pelo autor Paulo Freire (2011) para exemplificar o tipo de educação onde o educador “deposita” no aluno o conhecimento de forma alienante, ou seja, “anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores - para estes, o fundamental não é desnudamento do mundo, a sua transformação.” (FREIRE, 2011, p. 83).

transferir ou transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente”.

Na concepção do autor, o papel do educador é aquele que é a favor dos que são oprimidos pela sociedade e trabalham para que estes superem sua realidade. Faz da aprendizagem, situações de construção coletiva, edificando uma relação que capacitem as pessoas a entenderem melhor o contexto em que vivem e se posicionar frente às relações de poder.

2.1 EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Historicamente, na época que imperava o feudalismo⁷ na organização da sociedade, a maioria da população era composta por camponeses, os quais eram responsáveis pelo trabalho nas terras e pela produção agrícola. Estes eram submetidos às exigências de um senhor feudal que, na sua grande maioria, eram os donos das terras, fazendo com que os camponeses trabalhassem em troca de pedaços dessas terras ou de produtos, para a sua subsistência.

Era formado por um regime que fazia uso de preceitos religiosos para a obtenção dos seus ideais. Dessa forma, a educação estava pautada nessa concepção, sendo a maior precursora de uma educação formal da doutrina cristã. (RODRIGUES, 2011).

A partir do século XVIII, o mundo apresentou novas transformações na sociedade, quando o trabalho nas terras exigiu um salário dos trabalhadores, assim foram surgindo pequenos comerciantes que passaram a ordenar uma nova lógica econômica em que o comerciante substituiu o valor de uso das mercadorias pelo seu valor de troca. Dessa maneira, deixou de julgar o valor das mercadorias tendo como base sua utilidade e demanda, para calcular custos e lucros a serem convertidos em uma determinada quantia monetária.

⁷ Era um modo de organização social pautada na produção agrária, com poder descentralizado e predomínio do escambo (troca de mercadoria). A educação era restrita e somente os filhos de quem possuía o poder (os donos das terras) tinham acesso ao ensino.

Como coloca Marx e Engels⁸ (2008, p. 10):

Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração.

As novas formas econômicas que estavam surgindo, fizeram com que o sistema feudal não conseguisse atender as demandas com a abertura de novos mercados. Desta forma, começam a crescer as pequenas indústrias para, logo depois, se transformarem em grandes maquinarias. A classe em destaque, neste contexto, é chamada de burguesia que trabalhava para obtenção máxima do lucro e para o crescimento do capital. Por outro lado, o proletariado, trabalhava nas fábricas para a obtenção de lucro para a burguesia, sendo explorados em sua mão de obra.

Marx e Engels em seu livro “Manifesto do Partido Comunista”, colocam de que forma a classe burguesa surgiu, neste contexto:

[...] passou a dominar e destruir as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a do comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca. (MARX e ENGELS, 2008, p. 12)

Marx e Engels (2008) alegam que não surgiram novas classes, mas sim que as antigas foram sendo substituídas, e que a burguesia cresce exacerbadamente no mundo todo, tornando-se cada vez mais crescente o desejo pelo lucro e pela exploração dos proletariados.

⁸ Friedrich Engels (Wuppertal, 28 de novembro de 1820 — Londres, 5 de agosto de 1895) foi um filósofo alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o Manifesto Comunista. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de O Capital, principal obra de seu amigo e colaborador. Site: <http://apaginadavida.blogspot.com/2008/11/friedrich-engels-o-filosofo-alemo-que.html>

Desta forma, o mundo passa de um sistema agrário para urbano-industrial, o que significa que novas relações de trabalho começam a surgir, pois as pessoas deixaram de depender das terras, para se dedicarem a vida nas cidades, seus sustentos estava embasado nas máquinas e nas indústrias que estavam surgindo com grande ênfase.

As formas de organização política também sofrem modificações, sendo que o poder estava sob o controle dos empresários, donos das fábricas e passa a surgir o Estado, que tem como um dos objetivos, organizar a sociedade de forma democrática. (MEKSENAS, 1988, p. 29).

Cresce cada vez mais a sociedade capitalista, tornando-se mais contraditória, pois uma minoria da sociedade detinha o poder, enquanto a maioria trabalhava demasiadamente com salários precários, fazendo com que acarretasse no êxodo rural, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais.

Nesta fase, a educação deixa de ser responsabilidade, em maior proporção, da igreja e passa a ser extensiva à escola e à família. Segundo Meksenas (1988, p. 30), “a educação deixa de refletir apenas os valores religiosos como no tempo da sociedade feudal para ter a ciência como base”. Com isso, as escolas surgem com o intuito de formar sujeitos para que estes se adaptem ao sistema capitalista, ou seja, para a reprodução dos seus ideais.

O mundo se torna mais intelectual com o aumento e predomínio dos estudos científicos, para procurar compreender as mudanças e buscar respostas mais específicas para as transformações da sociedade, se distanciando dos preceitos religiosos. A sociedade caminhava para obter explicações mais concretas dos acontecimentos (RODRIGUES, 2011). Com isso, os estudos passam a ser humanistas e rompem com a estrutura medieval.

Alguns autores, da área sociológica, tentam explicar criticamente o funcionamento da sociedade capitalista, bem como suas contradições e como a educação se posiciona nesse meio. O principal autor, da época, que explica o processo contraditório do sistema capitalista é o filósofo Karl Marx, que contribuiu, profundamente, para que pudéssemos entender a organização da sociedade e suas relações neste contexto que estava surgindo com a passagem do feudalismo para o urbano industrial.

Marx explica o significado da existência humana através do real, do concreto, e não mais pautado nas religiões. Juntamente com Engels, tentavam achar respostas para as transformações que ocorriam na sociedade e criticavam o capitalismo e suas formas de exploração.

Marx , ao analisar a organização do trabalho no capitalismo, descobriu uma contradição básica: que a riqueza de alguns era devida a uma situação de exploração e pobreza a que a imensa maioria está submetida. Essa contradição entre capital e trabalho é, na opinião de Marx, *o elemento que origina os problemas sociais: lucro excessivo de um lado, salário baixo de outro; mansão de um lado, cortiço de outro, saúde de um lado e subnutrido de outro, e assim por diante.* (MEKSENAS, 1988, p. 32)

Marx teve contatos com algumas redes filosóficas que contribuíram para sua formação intelectual. Porém, uma que se tornou importante na sua trajetória foi a teoria Hegeliana⁹, pautada na questão da dialética, que explica as contradições das classes sociais. Esses autores colocam que sempre existiu o antagonismo das classes, porém, na sociedade capitalista tem-se a contradição da classe dominante, a burguesia, e a classe dominada, os proletários. Esses choques de oposições é que geram as transformações que fazem a sociedade moderna evoluir, o que para Marx, isso ocasionará a mudança para uma nova sociedade: a socialista. Por isso que este não acredita na sociedade capitalista e reforça a ideia que, através das revoluções e lutas, haverá a construção do socialismo. (MARX, 2002)

Para Marx sempre ocorreu as lutas entre a classe dominante e a classe dominada, mas na sociedade capitalista as formas de organização parte do pressuposto da realidade econômica na qual está embasada a sociedade, ou seja, acredita que a sociedade capitalista se organiza a partir da realidade que está posta, como as desigualdades, as contradições, a exploração. O modelo econômico é estabelecido em cada momento histórico. Para Marx é a economia que vai gerar as transformações da sociedade, estabelecendo os modos de organização, os modos políticos, sociais e culturais.

A mercadoria é o visível com o qual as pessoas convivem e é através desta que as pessoas tomam contato com sistema do capital, porque na sociedade capitalista as relações estão pautadas na mercadoria, seja vendendo ou comprando a força de trabalho ou outras mercadorias. A relação com o que é produzido é alienada e seus dois elementos são o valor de

⁹ “Hegel superou as explicações teológicas do Estado; colocou o homem e a razão na condição de sujeito e formulou e ofereceu a Dialética e seus princípios. Suas contribuições ao conhecimento transcenderam suas próprias formulações teóricas e subsidiaram as elaborações de Marx” (SILVA, NÓBREGA; FONSECA, 2011, p. 12).

uso e o valor de troca. A forma como as pessoas entram em contato com o capital é uma forma alienada e de estranhamento, que gera um fetiche¹⁰ da mercadoria. (MARX, 2002).

Marx (2002) considera o trabalho como a atividade pela qual o homem se mostra e consegue criar. Porém, enfatiza que o trabalho no sistema capitalista anula a criatividade deste, porque retira dele a possibilidade de se reconhecer naquilo que está produzindo e isso forma a alienação. Marx coloca que o trabalhador está tão preocupado com outras coisas, como a moradia, o consumo, a sua condição social de existência, que não consegue identificar que aquela atividade que está exercendo é dotada de autonomia, criatividade. O homem concebe o espaço do trabalho como reino da necessidade, no entanto a sociedade deveria caminhar para chegar no reino da liberdade, conseguindo isso com a redução da jornada de trabalho, pois no trabalho o homem é um indivíduo explorado.

Marx presenciava algumas reações do proletariado contra o sistema capitalista, manifestada em forma de greves e manifestações, através da insatisfação do proletariado em relação as suas condições sociais de existência. Apesar de uma alienação, de uma ideologia que faz com que o sistema capitalista tenha sua força propagada por tantos anos, todo o trabalho pode ser considerado uma atividade consciente e criadora. Justamente ele fala na práxis, que é uma escolha consciente e está disponível a todos os trabalhadores, desde que possuam consciência de classe.

O proletariado dentro desse contexto de alienação, de ideologia, se reconhece apenas como uma classe ‘em si’ e que, na verdade, tem que pensar em uma classe ‘para si’, justamente para perceber a transição do sentimento de pertencimento para um sentimento de ação e de junção com os outros que fazem parte da sua categoria, pois o indivíduo isolado pode quase nada, e em classe pode transformar muita coisa. É esse potencial de união que Marx descreve em sua teoria e convoca esses trabalhadores a se unirem em prol daquilo que ele chama de revolução do proletariado, que seria o momento onde os trabalhadores seriam também os donos dos meios de produção. (MARX e ENGELS, 2008)

A sociedade capitalista não vive apenas de suas bases materiais, mas sim de toda a ideia que institui essas bases e que justifica a existência destas na sociedade. Assim, diante

¹⁰ No sistema capitalista, segundo Marx (2002), o fetiche é a ilusão da mercadoria, onde as pessoas não conseguem compreender o verdadeiro valor, que a mercadoria possui intrínseco as relações sociais de trabalho e não apenas utilizada como valor de uso.

dessa realidade, podemos perceber na lógica do capital, que, a educação faz parte da reprodução das relações sociais.

2.1.1 Educação na concepção marxista

No conjunto da filosofia marxista, a educação não é trazida de uma forma sistemática, pois Marx não escreveu sobre a educação em si, mas isso não quer dizer que não esteja implícito. Este autor tem grande preocupação com os aspectos educacionais e pedagógicos, mas para o marxismo a educação faz parte da dinâmica da análise política da sociedade, reconhecendo que o papel da educação não é o desenvolvimento individual, mas o de colaborar para a transformação da sociedade em suas dimensões políticas e econômicas.

Para Marx a educação tem duas grandes dimensões: a primeira delas é fazer crítica e diagnosticar as várias formas de alienação a que a sociedade é conduzida pelas ideologias. Esse trabalho de crítica ideológica é uma das tarefas da educação, fazendo com que esta esclareça e elucide a realidade. Para que isso aconteça é preciso utilizar as ciências críticas, tais como a história, a filosofia, economia e a política. O marxismo privilegia a razão como instrumento e esclarecimento da sociedade, pois busca a transformação da realidade social. A segunda dimensão é propor uma nova realidade social e cobrar dos agentes históricos uma nova práxis, não somente organizativa da sociedade, mas também na condução da vida social, atribuindo a todas as pessoas as suas responsabilidades e seus direitos, utilizando todos os recursos que foram acumulados pela cultura no desenvolvimento de uma educação emancipatória (KONDER, 2002).

A educação está ligada às relações de trabalho, onde o importante é reproduzir o trabalho para o acúmulo do capital.

A concepção de trabalho é um dos pilares da obra de Marx. É a partir do trabalho que se define a concepção materialista de história. É também do trabalho (ou da divisão deste) que surge a propriedade privada e alienação. Pensar em uma educação baseada em uma concepção marxista é pensar no princípio do trabalho. E mais, é pensar na superação da alienação. (MORILA; SENATORE, 2010, p. 1).

Dessa forma, podemos pensar a educação na ótica marxista através do trabalho educacional que é uma atividade criadora que pode, a partir da práxis, gerar uma série de transformações. Como a escola está pautada, muitas vezes, e formada dentro do sistema

capitalista, está muito mais reproduzindo os laços sociais estabelecidos pelos interesses dos grupos sociais hegemônicos do que realmente comprometida com a emancipação e autonomia dos indivíduos.

Segundo Trindade (2003, p. 4):

[...] a ação pedagógica pode ser política sem mencionar diretamente a política. É necessário, pois, a partir da educação, dar condições às camadas populares de se perceberem na conjuntura em que vivem para fazerem valer seus interesses, fortalecendo-se politicamente, para que possam se organizar, questionar e se libertar da exploração em que estão inseridas por conta de todo o trabalho ideológico capitalista. Precisamos então, de uma proposta pedagógica de cunho revolucionário que destrua os mecanismos hegemônicos burgueses, dando espaço para as classes populares. Educação e escola devem se inserir em um processo de construção de uma outra sociedade.

O educador é aquele que precisa trocar conhecimentos e convicções, dentro de uma perspectiva auto reflexiva, autocrítica, mostrando para o aluno que a leitura de mundo está influenciada pelo sistema capitalista, estimulando que o aluno se pergunte como a sociedade foi construída socialmente e, assim, contribuir para o um conhecimento livre da alienação, estimulando a consciência de classe, que a escola não se fixe nos dogmas da doutrinação que foi formada e se constitua em um espaço legítimo de troca de informações, de experiência e de reconhecimento das classes sociais, das desigualdades. Considerando que o conhecimento não é neutro e sim está sempre ligado a uma perspectiva ou a um conjunto de ideias e a uma ideologia, mostrando o pertencimento de cada um na sociedade para poder transformar a realidade posta. (KONDER, 2002).

Utilizando como argumento as ideias de Marx, “o trabalho é um princípio educativo, somente a partir da unidade entre trabalho e ensino que se poderia constituir o homem novo” (CASSIN, 2008, p. 151). Na educação, Marx defende a ideia que a sociedade não necessita aceitar tudo o que é imposto pela classe dominante, que todos deveriam ter senso crítico e opinião própria para a construção de suas ideias. O homem precisa ter consciência de qual sociedade está inserido, que classe pertence para saber se posicionar. Para (TRINDADE, 2003, p. 2):

Na medida em que a educação, via escola, nesta proposta marxista, quer dar uma resposta ao cotidiano destas classes marginais, ela deve permitir a transformação social esperada por estes indivíduos, exercendo um grande papel sócio-político, construindo na classe trabalhadora requisitos importantes para ajudar a construir esta nova forma de ensino. Isto tudo ajudaria a criar condições para que a classe

trabalhadora pudesse usufruir de tudo o que é produzido em sociedade, se ater melhor para os direitos políticos e sociais, criando para o seu desenvolvimento cultural, intelectual e material.

Na escola deveria ser desenvolvido, com mais vigor, o senso crítico dos sujeitos, mostrando que somente a classe detentora do poder possui o controle da situação social. “A educação deve ser para todos, dando condições às massas a participar de todo e qualquer processo na sociedade, principalmente como instrumento de participação política” (TRINDADE, 2003, p. 3).

Desta forma, percebemos que a educação não pode ser utilizada como um mero reproduzidor das ideias colocadas na sociedade moderna, mas sim transformá-la para obter a participação social como sendo detentores de direitos para que todos tenham oportunidades e para que a sociedade perceba a educação de uma forma ampliada e não somente desenvolver e ensinar as pessoas para que sejam reproduzidoras das relações sociais que legitimam a ordem capitalista.

2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.2.1 Aspectos históricos do período de 1930 a 1960

A educação é marcada por diferentes momentos históricos que influenciaram no modo como a sociedade se posiciona diante do fato de educar. A história do Brasil, em diferentes momentos, passou por transformações quanto às relações sociais. No âmbito da educação não foi diferente, acompanhou a sociedade que estava sendo construída.

A industrialização no Brasil antes da década de 30, não teve tanta ênfase, somente depois deste período que o governo começou a investir massivamente no desenvolvimento industrial, rompendo, cada vez mais, com a economia rural.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) impulsionou a abertura para a entrada das indústrias no país, promovendo desenvolvimento econômico e industrial. Antes a economia era pautada no modo agroexportador, das grandes plantações, predominando o meio rural. Na era Vargas começa a surgir uma nova economia, tendo início um novo paradigma de relações

sociais, que tinha como objetivo o desenvolvimentismo¹¹ do Brasil, ingressando, então, a era do capitalismo.

O governo começa a investir cada vez mais na modernização, desencadeando, assim, novas relações de classe. A população necessita se adaptar às novas formas de trabalho que as indústrias proporcionavam e, cada vez mais, a economia do campo estava sendo substituída pela mão de obra nas fábricas, ocorrendo o êxodo rural. Dessa forma, grande parte da sociedade acreditava que a economia do país pudesse melhorar, com a extinção das formas de coronelismo¹² que era bastante acentuada, na época. Assim, o governo passava a idéia de ‘mundo ideal’ que as indústrias poderiam proporcionar, por isso estava investindo constantemente para o seu aumento, principalmente em órgãos de pesquisas para a inovação das máquinas. (CARRARRO e FONSECA, 2003).

O Brasil ganha um novo contexto com a chegada da era industrial. É nesta década também, 1936, que surge o Serviço Social no Brasil, em uma perspectiva conservadora e com forte vínculo aos ideários da Igreja Católica, surgindo, com semelhante ênfase, as instituições assistenciais que praticavam as formas tradicionais de caridade, dando importância as famílias que faziam parte da burguesia, utilizando os preceitos da igreja para realizar a filantropia, “tendo em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista [...]” Iamamoto e Carvalho (1986, p. 170).

2.2.1.1 Atuação profissional do assistente social

O serviço social enfrenta desafios frente às conjunturas históricas de cada época. As mudanças na estrutura socioeconômica e política do Brasil, atingia diretamente o trabalho do

¹¹ Está baseado no crescimento do país, através das indústrias, com a entrada do sistema capitalista, baseada na economia e no aumento da infra estrutura.

¹² Ocorreu no período colonial do Brasil (final do século XIX e começo do XX e se estendeu até a revolução de 1930, onde a política era comandada pelos coronéis (sendo estes geralmente os donos das terras) de forma autoritária e violenta, comandando a população através da exploração do trabalho do camponês, fraudes eleitorais, compra e venda de votos.

assistente social. Para suprir as demandas existentes, o serviço social se recoloca de diversas formas e em diferentes áreas de atuação. Na área educacional não poderia ser diferente, o serviço social surge neste âmbito com o intuito de fazer o elo entre família, escola e sociedade.

Com isso, “ajudava” as famílias com necessidades e escolhia o aluno que estava mais apto aos preceitos morais e conhecimentos para receber algum auxílio, ou seja, “o Serviço Social realizava ‘Inquéritos Sociais’ como diagnóstico da situação familiar, social e escolar dos alunos” (SOUZA, 2005, p. 31).

O assistente social, na área educacional, nesta época, trabalhava com o “aluno problema”, aquele que faltava às aulas, que tinha problemas familiares e com relacionamentos na escola, “tinha o papel de estabelecer e fortalecer as relações entre a escola e os pais, integrar as crianças que tinham dificuldades de adaptação à vida escolar e desenvolver seu trabalho em articulação com outros” (SOUZA, 2005, p. 32).

2.2.1.2 Ações políticas e legislações pertinentes

Para garantir o direito da criança e do adolescente, algumas reformas foram implantadas pelo governo, tendo destaque a Lei Brasileira de Assistência (LBA), o Conselho Nacional de Serviço Social e Departamento Nacional da Criança.

Nesta década é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que teve como marco a inovação na estrutura escolar. Segundo Silveira Filho (2008, p. 3), nesta fase:

Serão elaboradas legislações destinadas à criação de órgãos voltados à implementação de uma infra-estrutura, bem como definição da organização do ensino escolar brasileiro. Surge, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação e uma orientação dos níveis escolares (universitário, secundário, profissional, primário), compondo-se, assim, condições de atender às exigências de uma sociedade dinâmica e pulsante que passa a ter na formação escolar um de seus pilares modernizadores e reguladores de um novo modelo existencial.

Com isso, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Esses e outros decretos ficaram conhecidos como 'Reforma Francisco de Campos'¹³.

Como foi visto, nesse período da história, com a educação desigual, somente poucos tinham acesso ao ensino de qualidade, ou seja, a educação das crianças era marcada por um ensino distinto, onde a classe elitizada tinha acesso a uma educação de qualidade, com diversos tipos de áreas de aprendizado e professores especializados para prepará-los para o ensino superior nas melhores escolas. As crianças consideradas pobres e abandonadas recebiam a educação das instituições religiosas, tendo a criança um papel invisível na sociedade, não possuindo direitos, ficando a mercê dos interesses da sociedade (VERONESE; OLIVEIRA, 2008).

Outro fator que influenciou a educação foi a criação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, gerado por educadores renomados da época como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho entre outros e também pela IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1931. O manifesto tratou de democratizar a educação de forma pública e gratuita, sendo um dos marcos da época, gerando conflitos com os preceitos da igreja que se responsabilizava pela educação (PEREIRA, 2011).

Porém, o manifesto trouxe mudanças positivas, tornando a educação mais eficaz. Segundo Pereira (2011, p. 9):

[...] no Manifesto, a finalidade primordial da educação gira em torno de uma concepção de vida, solta dos interesses de classe, mas que proporcione ao indivíduo o direito de uma educação que organize e impulsione os meios naturais, com o fim de promover um desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento enquanto sujeito, respeitando as concepções de mundo ao qual está inserido, tornando o agente reflexivo e atuante nos processos culturais e econômicos.

¹³ O objetivo da Reforma era integrar o aluno na sociedade, através de uma educação reformadora, de acordo com o crescimento industrial da época de 1930. Além disso, a reforma implementou dois cursos: curso fundamental e o complementar. O primeiro tinha por objetivo uma formação geral, com ênfase na cultura humanística, apesar da presença no currículo de matérias científicas, com o intuito de preparar o homem para a vida em sociedade e para os grandes setores da atividade nacional, independente do ingresso no ensino superior. Tinha duração de 5 anos e uniforme a todo o país. O segundo mantinha o objetivo de formação propedêutica, com propostas curriculares diferenciadas e obrigatórias para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior (BRASIL, 1931, p. 470 apud Zotti, 2011, p.4).

Mesmo que o manifesto tenha trazido alterações na educação brasileira, as desigualdades ainda se encontravam intrínsecas nesse âmbito, ou seja, os mais ricos ainda recebiam a educação de qualidade e os pobres recebiam a educação para se preparem para o mercado de trabalho.

O manifesto influenciou na Constituição Federal de 1934, que instituiu a educação como “direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos” (CF 1934, art. 149). Porém, a educação ganha destaque na constituição pelo Plano Nacional de Educação¹⁴

Mesmo com a instauração de alguns direitos predominantes nessa época, esta ocorreu de forma autoritária, não tendo a participação da população neste processo, sendo que o governo controlava a massa de trabalhadores das cidades para que estes não participassem dos movimentos sociais insaturados na época para romper com esse modo de governar, fazendo com que não reivindicassem seus direitos.

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos (2010, p.19):

Apesar do fortalecimento de alguns direitos civis e políticos, como o direito ao voto a todos os brasileiros alfabetizados e maiores de 21 anos, a representação classista, o direito ao trabalho e ao voto para mulheres e a proteção à velhice e à invalidez não havia ainda a consciência dos direitos sociais como Direitos Humanos. Ao contrário, a luta por direitos sociais era associada à marginalidade e entendida como “questão política”.

Desta forma, percebemos que somente os direitos sociais mínimos foram propostos, mas não como garantia de direito e sim para ter o controle da população, dificultando a participação nas decisões.

Com o Estado Novo (1937-1945) instituído pelo Governo Vargas, a Constituição Federal de 1937, que coloca “a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural do país.” (CF 1937, art 125). Dessa forma, a educação era responsabilidade da família, sendo o estado um aporte, nesse contexto.

¹⁴ “objetiva o desenvolvimento sócio-econômico do país, combatendo a pobreza em todos os setores sociais da nação. A educação tem como uma das metas principais o desenvolvimento social, criando programas para diminuir os índices de pobreza, desigualdade e desemprego”. (Silva e Silva, 2006, p. 21).

Com a queda do Estado Novo, em 1945, a educação começa a fazer parte de diversos programas para sua perpetuação, principalmente para as camadas excluídas da sociedade. Nos anos 40 e 50 que essa expansão ficou mais evidente.

Alguns programas merecem destaque, principalmente os que se pautavam nos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 1940, criou-se o Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que possuía o objetivo de “criar viva consciência social da necessidade de proteção à díade materno-infantil [...] desenvolver estudo, organizar estabelecimentos, conceber subsídio às iniciativas privadas de amparo às mães e filhos e exercer fiscalização” (RIZZINI, 1995, p. 138 apud PEREZ; PASSONE, 2010, p. 657).

Conforme Perez e Passone, (2010, p. 657):

A estratégia da relação estatal/privado para o provimento de serviços e atendimento às políticas sociais foi aprofundada em 1942, com a formulação e implementação da Legião Brasileira de Assistência. Essa entidade se articulava com as demais organizações sociais do país juntamente com o Departamento Nacional da Criança, perfazendo assim o arcabouço assistencialista do populismo varguista.

Como podemos perceber, na década de 40 ainda prevalecia o modelo estatal paternalista e autoritário com as famílias, com políticas públicas centralizadas. Em 1948, aconteceu em Caracas, o 9º Congresso Panamericano da Criança, com o objetivo de discutir o direito da criança, que teve repercussão no modo de considerar a criança na garantia dos seus direitos. Assim, em 1959, “com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, criou-se o marco pelo qual a infância passou a ser valorizada e a criança considerada, internacionalmente, como sujeito de direitos pela Organização das Nações Unidas.” (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 660).

O Brasil, nesta época, cada vez mais estava crescendo industrialmente, o que acarretava o agravamento das desigualdades sociais. Com isso, na década de 40 e 50, o serviço social começa a analisar com, mais ênfase, seu fazer profissional para que atue nas relações sociais para a diminuição da miséria e nas desigualdades vividas dentro das indústrias, pelo proletariado. (IAMAMOTO, 1986).

A economia do país estava pautada na abertura dos mercados internacionais, o que trazia grandes conflitos entre grupos que defendia essa entrada e por outros que achavam que o Brasil deveria ter o apoio do mercado internacional para seu desenvolvimento. Diante

desses conflitos, o Estado passa a ser o mediador nestas questões, gerando crises que estavam mudando os rumos da economia do país.

2.2.2 Aspectos históricos do período de 1960 a 1980

No cenário nacional dos anos 60, o Brasil começa um novo regime, onde grupos militares tentavam romper com a ideia populista que estava instaurada na história até então, reformando a economia e pautando-se no mercado internacional.

A emergência do poder desse grupo, portanto, significava, pelo menos em tese, que a partir daquele momento, a economia brasileira, livre das “amarras” do populismo nacionalista que “assustava” os investidores internacionais através dos discursos socializante e de critérios mais ou menos limitadores no que se refere a entrada de capital no país, integrarse-ia definitivamente a economia capitalista internacional polarizada pelos Estados Unidos numa posição clara de submissão. (MARTINS, 1999, p. 55- 56).

Dessa forma, os militares começam a governar o país de forma extremamente autoritária, contrários as propostas populistas do governo Vargas. A população não tinha mais voz em frente às manifestações, sendo restringidas de qualquer ação, atuando de forma autoritária para o controle e garantia da ordem do país.

2.2.2.1 Atuação profissional do assistente social

Com as grandes mudanças ocorridas na vida social, econômica, política e cultural brasileira, o serviço social preocupa-se com as formas de combater a marginalidade e as desigualdades que estavam crescendo, lutando pela transformação social. Por isso, estudos foram realizados para entender a profissão neste contexto e suas modificações.

Em meados da década de 60 acontecem encontros¹⁵ dos assistentes sociais com o objetivo de discutir o fazer profissional, que estava pautada em uma lógica tradicionalista e conservadora. Desta forma, depois de debater, o serviço social passa por um Movimento de Reconceituação¹⁶, rompendo as formas em que a profissão estava inserida e proporcionando um novo rumo, para que se torne crítica propondo novos enfoques teóricos metodológicos (BULLA, 2003).

Em 1961 ocorre o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, sendo o tema central do congresso o “Desenvolvimento Nacional para o Bem Estar Social”. O tema que podemos verificar nos anais tem como objetivo, segundo Iamamoto (1986, p. 358):

Constata-se que nesses diferentes campos se faz necessário reorganizar os programas, dando maior participação ao Serviço Social na formulação das políticas e planejamento; que a posição do assistente social deve ter seu status redefinido nas equipes interdisciplinares, delimitando-se suas funções próprias, situando-o nas mesmas condições dos demais profissionais, integrando objetivamente o assistente social nestas equipes, enquanto técnico.

Neste sentido, a importância do Congresso para a profissão, redimensiona um novo caminho para que o profissional consiga se modificar, incorporando as mudanças da sociedade e dos novos meios de produção, com o aumento da industrialização para romper com a ideia tradicional da profissão, criticando as práticas paternalistas assistenciais que se instauravam antes do golpe militar.

Os assistentes sociais são os executores das políticas sociais instauradas nesta época, porém, não tiveram a participação dos trabalhadores neste processo, pelo fato de sofrerem repressão do governo nas lutas pelos seus direitos. Sendo assim, exigiu-se do assistente social “[...] especialização em políticas sociais, planejamento, administração de serviço, o que

¹⁵ Os principais encontros que ocorreram nesta época foi o II Congresso Brasileiro de Serviço Social (II CBAS), em 1961, tendo como tema central “Desenvolvimento Nacional para o Bem Estar Social”. Outro evento foi a XI Conferência Internacional de Serviço Social, na cidade de Petrópolis em 1962, como tema “Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais”.

¹⁶ Se deu por bases em reflexões críticas e questionamentos a cerca do conteúdo metodológico e da prática profissional do serviço social, mencionando assim os conflitos e as contradições, rompendo com a ideia assistencialista que se formou ao longo da história da profissão. Desenvolve-se a partir da identificação da profissão na lógica do capital, da negação de uma prática conservadora da profissão, afirmando um compromisso político com a classe subalterna política.

significava uma formação técnica e metodológica rigorosa e adequada ao mercado de trabalho” Bulla (2003, p. 10). Desta forma, essas exigências se relacionaram com a modernização da educação, sendo uma das principais preocupações para o desenvolvimento do país. “Tornara-se urgente a formação de recursos humanos para acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico, o que implicava na reorganização de todo o sistema educacional, com base na racionalização, eficiência e produtividade” Bulla (2003, p. 10).

O serviço social na educação, até meados da década de 70, se posicionava de forma subordinada ao Estado, tendo um papel na escola de formar alunos na lógica capitalista, capacitando-os cidadãos produtivos. Depois desse período, começa a introduzir novos métodos, percebendo o aluno, não somente como um mero reprodutor do sistema vigente, mas sim conscientizá-lo que possuem direitos e seu aprendizado não se restringe somente a escola, mas também está intrínseco na sua realidade cotidiana, na comunidade e na família. Esse processo ficará mais evidente na década de 80, quando expande-se o processo de democratização.

2.2.2.2 Ações políticas e legislações pertinentes

No período ditatorial dos anos 60, a área da educação sofreu grande repressão, pois os militares queriam controlar o Brasil com seus ideais. Com isso, a educação sofreu transformações, não para qualificar o ensino, mas preparar a sociedade para atuar no mercado de trabalho.

Os militares tentavam a todo o momento, através de decretos, modelos pedagógicos e reformas educacionais, desvalorizar os de suas funções essenciais: incentivador de cidadãos conscientes política e socialmente, formador de valores morais, de propagador da autonomia democrática... Nesse contexto, os professores, principalmente das ciências humanas e sociais, sofreram consequências, a saber, uma formação universitária pautada numa divisão proposital, implicando diretamente na construção da cidadania dos brasileiros, visto que esta é apoiada pela democracia (ASSIS, 2011, p. 6).

Nesta fase imperava a política militar no Brasil. A educação passou por um processo de transformação, sofrendo despolitização desses espaços, assim desmobilizando os estudantes e ganhando espaços para expandir o Regime da época. O governo militar tinha seu

discurso pautado na reforma da educação, porém, isso não ocorria, se tornando um meio de controle do Estado para com a sociedade, buscando modificar o ensino para suprir os interesses do governo.

Em 1961 é promulgada a LDB (lei de Diretrizes e Base da Educação). Segundo Silva e Silva (2006, p. 23):

Essa Lei faz referência ao Planejamento de Educação, estabelecendo que nove décimos das verbas federais seriam destinadas à educação, em parcelas iguais para os três Fundos Nacionais de Educação (Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior). O planejamento foi elaborado pelo Conselho Federal de Educação cujo documento de 1962 estabeleceu as normas para a aplicação dos recursos correspondentes aos Fundos de Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino superior e definiu-se que os recursos Constitucionais vinculados à educação seriam destinados à manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino.

A LDB define um novo papel do Estado frente as questões da educação, onde depois de muitos debates e estudos sobre a Lei, o objetivo era formar um ensino de qualidade e romper com as desigualdades sociais da época. Porém, a educação estava enraizada por um contexto histórico de precarização do ensino e passava por diversas dificuldades, tendo problemas em romper com a política tradicional da época.

Em 1971 foi criada a Lei 5.692, com o objetivo de transformar o ensino propedêutico (o chamado atual ensino fundamental) e o ramo secundário (nível médio).

Segundo Battistus e Limberger (2006, p. 229), esta lei:

[...] aumentou os anos de escolarização obrigatória para 8 anos, abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos, e acabou com a equivalência entre o propedêutico e o ramo secundário. Passa-se a ter a obrigatoriedade de uma habilitação profissional para todos que cursassem o agora chamado 2ª grau. O objetivo do ensino de 1º e 2º graus volta-se para a qualificação profissional e o preparo para exercer a cidadania. Essa nova proposta vinha atender aos interesses do Governo Militar, que seriam, entre outros, o de esvaziar os conteúdos, trazendo assim uma despolitização, ao mesmo tempo que iria preparar e aumentar a força-de-trabalho qualificada, que atenderia à demanda do desenvolvimento anunciado pelo “tempo do milagre”, que dizia que o Brasil poderia fazer parte do bloco do 1º mundo.

Desta forma, a educação estava pautada em levar ensino para toda a população, porém, não necessariamente ocorria de forma qualificada, mas sim preparava o aluno para adequar-se ao sistema capitalista vigente. O governo proporcionava direito ao ensino, tentando conter com as desigualdades que se perpetuavam, porém não era realizado de forma democrática.

Podemos perceber que na história da educação no Brasil, o Estado deu prioridade a outras questões, incentivando o aumento do capital industrial e o desenvolvimento econômico do país e a educação foi defasada por inúmeros motivos, não sendo algo essencial para a classe dominante e nem para o próprio Estado.

O Brasil teve a necessidade de renovar a política de educação e “originar as condições para a construção de um sistema de ensino voltado às necessidades do desenvolvimento brasileiro e também voltado para a realidade do Brasil” (Silva e Silva, 2006, p 23).

Ainda em 1971, ocorreu a reforma do ensino médio que fazia parte de um acordo entre o MEC e os Estados Unidos, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que tinha como objetivo mostrar como o Brasil poderia se tornar um país desenvolvido através da educação. Segundo Meksenas (2005, p. 100) “ na realidade, o desenvolvimento brasileiro esperado seria aquele que favorecesse [...] incrementar o processo de acumulação do capital nacional e do estatal [...]”. Com isso, o Brasil ficaria dependente do sistema de ensino americano.

2.2.3 Aspectos históricos do período de 1980 até os dias atuais

Nos anos 80, o Brasil sofre com as mudanças ocorridas nas últimas décadas do regime militar, o governo investia massivamente na industrialização e modernização do país, contribuindo para o crescimento do capital, ficando a população pobre desprovida de seus direitos. O país enfrenta, com isso, no começo dos anos 80, uma estagnação econômica, a intervenção estatal, concentração de renda, maior índice de pobreza, acentuando a exclusão social¹⁷ das classes empobrecida.

Ao longo desse cenário, a sociedade brasileira passou por uma grande politização que se materializou na organização e mobilização das diferentes forças sociais do país para garantir seus direitos e de luta a favor dos seus interesses. “Os anos 80 também se caracterizaram pelo processo de transição política e os conseqüentes esforços de consolidação

¹⁷ [...] É o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção, por parte de alguns membros da comunidade, os quais passam então a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores. (MARX apud QUINTANEIRO, 2001, p. 78)

da ordem democrática. A ação conjunta desses fatores engendrou transformações significativas na vida política nacional” (GROS, 2003, p. 277).

Os altos índices de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas e o processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino é um espaço onde os problemas sociais também são materializados.

As políticas educacionais estavam voltadas para a recuperação da pobreza que assolava o país, assim um forte cunho assistencialista marcou neste âmbito. Dessa forma, segundo Figueiredo (2001, Apud CHINI 2011, p.3), os programas educacionais:

Assumem propostas comuns que visam a intervenção para atingir a totalidade dos sistemas escolares, privilegiando as primeiras séries do ensino básico, onde o índice de repetência e evasão era expressivo.(...) a temática da educação básica entra como mola propulsora para os governos estaduais, que visavam democratizar o acesso à escola e melhorar a qualidade do ensino. Estas políticas, de caráter geral e particular, com atenção para a educação Básica, vão marcar a contraposição às políticas educacionais até então efetivadas pelo regime militar, que privilegiavam o Ensino Superior.

2.2.3.1 Atuação profissional do assistente social

Dessa forma, o assistente social se torna importante executor das políticas públicas no âmbito educacional, porém seu trabalho não é novo. Como vimos este existe desde o surgimento do serviço social, porém com outros aspectos, conforme a profissão ganha outros olhares.

Neste período, o serviço social se mobilizava junto a população e aos movimentos populares da época, que reivindicavam a democratização do país. A profissão toma outros rumos e cada vez mais consegue romper com a ideia conservadora que se construiu ao longo dos anos. Foi marcado também pelo pensar o fazer profissional e suas especificidades, discutindo a formação profissional.

O serviço social se fortalece na área da educação por ser uma profissão com caráter interventivo e crítico, atuando não somente de forma emergencial, mas sim busca a autonomia e emancipação do sujeito, identificando sua realidade, que não fiquem a mercê das classes dominantes (PIANA, 2009). O assistente social trabalha no âmbito das questões sociais,

conhecendo a realidade, para com isso poder transformá-la, através do seu projeto profissional para a garantia dos direitos dos cidadãos.

Com essas mudanças no campo do trabalho do assistente social, a área da educação passa a ser uma esfera que está cada dia crescendo dentro do serviço social, na atualidade. A atuação ocorre em diversas áreas, segundo Piana (2009, p. 193), algumas delas são:

[...] Centros Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nos conselhos municipais de educação, na assessoria e elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, nos projetos de educação não-formal, nas universidades através do estágio curricular, projetos de extensão universitária e a inserção do jovem de baixa renda, no ensino superior e nas equipes interdisciplinares através da formação continuada dos profissionais da educação, ou seja, no campo da educação enquanto política social e como dimensão da vida social.

É no cumprimento desses direitos que o assistente social trabalha na área educacional, intervindo na realidade do sujeito. Segundo Scandelai e Cardoso (2005, p.2)

Os profissionais do Serviço Social inseridos nas escolas contribuem com a realização de diagnósticos sociais, com isso indicará uma alternativa para problematizar as expressões da questão social vivenciada por muitas crianças e adolescentes, isso implicará na melhoria da sua condição de enfrentamento da vida pessoal e escolar. Vemos no âmbito educacional, que há uma necessidade de melhorar a quantidade de vagas para atender uma maior parte de alunos, e ao mesmo tempo melhoria na qualidade do ensino, da escola, dos profissionais, etc.

Dessa forma, o assistente social viabiliza políticas sociais e prevê os direitos, no âmbito educacional, fazendo a interlocução com as famílias e sociedade para o enfrentamento das questões sociais. Contribuindo também com os profissionais inseridos na escola, fazendo articulação para que estes atuem em conjunto para a melhoria da qualidade do ensino. Como a escola é um meio plural, onde há diversos tipos de culturas, o serviço social trabalha neste campo buscando compreender a realidade, primando pela autonomia do sujeito.

2.2.3.2 Ações políticas e legislações pertinentes

No final da década de 80, o país é regido por um grande marco da democratização, a Constituição Federal de 1988, onde a educação é colocada como direito universal. É aprovada

também a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que surge como marco na história na política da educação e na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, respectivamente.

Porém, a política educacional no Brasil é marcada por desigualdades a diversos problemas sociais. Conforme os autores Soares e Alves (2003, p. 149):

Desigualdades no ingresso aos diferentes tipos e níveis de ensino persistem, ainda que se manifestem hoje de forma menos maciça e mais sutil. Essas desigualdades são moduladas por filtros socioeconômicos, raciais, localização (urbana, rural) e por tipo de rede escolar (pública, particular). Há, portanto, dois problemas fundamentais: a qualidade do ensino de uma forma geral e as desigualdades entre os estratos sociais.

Com o processo de redemocratização do país, nos anos 80, e a novas configurações de um Estado neoliberal, dos anos 90, e com as expressivas privatizações, começam a surgir novas demandas na área da educação, por isso a LDB vigente, não estava mais englobando as novas demandas no ensino que estavam surgindo.

Nos anos 90, o sistema neoliberal¹⁸ regia o país e estava modificando o papel do estado, que se torna “mínimo”, ou seja, a responsabilidade do estado se torna restrita e a privatização avança nesse contexto, desmontando a lógica que os direitos sociais, o universalismo, as políticas públicas é conduzido pelo Estado e pela sociedade. Segundo Antônio, Silva e Cecílio (2010, p 44):

A privatização é o elemento articulador das estratégias do neoliberalismo, atendendo aos objetivos econômicos de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação e atendendo aos objetivos político-ideológicos de remercantilizar o bem-estar social.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), traz consigo um discurso neoliberal, que apresentou no seu mandato uma expansão da educação privada e um baixo crescimento do ensino público. As propostas das políticas educacionais estavam vinculadas a organismos internacionais. Elas beneficiam claramente grupos econômicos,

¹⁸ Tendo como uma das suas principais característica o desenvolvimento social e econômico do país, através dos princípios do capitalismo, onde o estado tem uma participação mínima, as empresas privadas são as bases da economia, incentivo à abertura de mercados internacionais, crescimento da globalização.

diluindo o sentido público do Estado e transformando “o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado” Frigotto e Ciavatta (2003, p 107).

Neste sentido, em 1996, é reformulada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ 1996) pelo senador Darcy Ribeiro, que “aponta para a necessidade de uma reforma em todos os níveis educacionais, que se inspira, em parte, nas visíveis transformações porque passa a sociedade contemporânea (RICARDO, 2003, p. 8).

Mesmo recebendo algumas críticas no que tange seus artigos, a LDB/96 teve significativas mudanças, dentre elas, a educação básica. Para Castro (2007, p.6):

Entre as inovações da LDB de 1996, também merece destaque o conceito de educação básica, etapa educacional formada pela educação infantil (de zero a três anos, em creches ou entidades equivalentes; de quatro e cinco anos, na pré-escola), pelo ensino fundamental (nível obrigatório, por força da Constituição Federal, recentemente estendido para nove anos de duração – portanto, na idade regular, para crianças e jovens de seis a catorze anos de idade) e pelo ensino médio (de universalização progressiva, segundo a Constituição Federal, com duração mínima de três anos – na idade regular, para jovens de quinze a dezessete anos). Convém acrescentar que coube à LDB de 1996 a iniciativa de trazer as creches para o sistema educacional, instituições tradicionalmente perdidas entre os setores de educação e de assistência social, constituindo-se, por vezes, como terra-de-ninguém.

Mediante ainda uma parcela da população não usufruir um ensino de qualidade e gratuito como proposto, a LDB/96 afetou a política educacional de alguma forma, “o desafio esta justamente em introduzir no seu bojo novas diretrizes, das quais resultem em novos caminhos para a Educação brasileira” (FAGUNDES, 2011, p 5). Como colocado por Martins (2007, p 21):

[...] a educação é um processo vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais, mas também é uma área estratégica da atuação do estado. Neste sentido, a política de educação, como política social, é um espaço contraditório de espaços de lutas de classes, um embate entre poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes.

No governo Lula, nos anos 2000, mesmo com algumas continuidades dos programas do governo anterior, este rompeu com algumas ideias. Porém, os programas e as políticas ainda estavam omitindo o papel do estado na sociedade e passando a função para o Terceiro Setor, com sua expansão nessa época.

Alguns programas e projetos que fizeram parte das políticas de educação dos anos 1990 e 2000, depois da reformulação da LDB (1996):

- Em relação ao financiamento público para a educação, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, criado em 2006, pela Emenda Constitucional nº. 53 e regulamentado pela Lei nº. 11.494/2007. Conforme Antonio, Silva e Cecílio (2010, p. 52):

De acordo com o artigo 1º da referida Lei, trata-se de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, de natureza contábil, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal. O FUNDEB é destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e à valorização dos trabalhadores em educação. Cabe ressaltar que, esse fundo abrange diferentes níveis e modalidades, além do Ensino Fundamental Regular e Especial, a Educação Infantil, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, o Ensino Profissionalizante, a Educação Indígena, Quilombola e do Campo.

- O Plano Decenal de “educação para todos” realizado entre 1993 a 2003, traz uma de suas indagações quais os obstáculos e desafios que a educação básica enfrenta em relação às questões econômicas, política e social no Brasil. Segundo Alburquerque (2003, p. 63):

Os dois objetivos básicos do Plano — o atendimento dos requisitos educacionais básicos para plena inserção na vida moderna e no mundo do trabalho e a universalização das oportunidades de alcançá-los — traduzem-se em suas metas centrais para o próximo decênio: elevar em 50% os níveis de aquisição das competências necessárias àquela dupla inserção, atendidos, nacionalmente, padrões e conteúdos educacionais mínimos, e obter 94% de cobertura da população em idade escolar. Esses objetivos e metas deverão ser buscados conjuntamente pelas esferas pública e privada da sociedade, através da consolidação de alianças e parcerias, envolvendo inclusive a gestão colegiada do próprio Plano.

Com isso, o Plano teve como objetivo a recuperação do ensino básico, com o intuito de preparar a criança ou o adolescente para as novas configurações básicas que surgem no mundo, como as inovações tecnológicas, fazendo isso com base em uma educação de qualidade para todos.

- O Plano Nacional de Educação cumpre exigência prevista na Constituição de 1988, reforçada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), dando continuidade às políticas educacionais brasileiras, marcada por longos anos de discussão na educação para ser implementada. Um dos seus objetivos é fazer com que

a educação se torne de qualidade para o país, reconhecendo seus déficits. Sua meta é fazer com que os alunos tenham acesso a educação, estejam inseridos nas escolas, para garantir uma formação adequada correspondente a cada faixa etária. Além disso, coloca que a educação precisa de professores especializados e competentes para garantir um ensino de qualidade, utilizando meios tecnológicos para inserir os alunos (INEP, 1998).

A educação no Brasil ainda tem muito que melhorar, necessita do apoio do Estado e também da sociedade para compreender que a educação é algo muito mais amplo do que somente dá orientação, é preciso trabalhar pelo coletivo, formar a autonomia e o senso crítico do ser humano, seguindo as tendências de cada época, “para isso, é necessário mudanças na LDB, mudanças que irão refletir na melhoria contínua do nível de Educação da população. O que trará consequentemente qualidade da vida no Brasil, mas, também nas possibilidades de êxito da economia nacional” (FAGUNDES, 2011, p. 6).

3 O PERCURSO DA PESQUISA

A pesquisa se constitui um processo relevante para o serviço social, pois como profissão interventiva, necessita conhecer, observar, analisar a realidade que se faz presente, através da elaboração teórica do conhecimento.

A pesquisa, no serviço social, é uma importante dimensão na qualificação profissional que permite uma leitura e compreensão crítica da realidade social. Sendo assim, possibilita transcender as ideias conservadoras que permeiam o serviço social na sua história e contribui, significativamente, para o devido reconhecimento da profissão dentro do sistema capitalista, bem como permite a descoberta de outras formas de abordagem e de intervenção profissional.

Nesse sentido, eventos como congressos, simpósios, seminários que debatem as produções teóricas estão crescendo cada vez mais no âmbito da discussão do trabalho do assistente social. Segundo Setubal (2007, p. 69), as discussões teóricas:

Revelam a inexistência de um perfil universal para a profissão, preconizam a aproximação do assistente social da prática da pesquisa, independentemente da posição em que ele se encontra na divisão social e técnica do trabalho, seja apropriando-se da experiência enriquecedora, sistematização crítica da sua prática, do restabelecimento da relação teoria prática, a partir do agir sintetizador e unificador, mas jamais simplificador.

A pesquisa oferece aporte para que a profissão se reinvente e reflita sobre o seu papel na sociedade, fazendo essa reflexão de forma crítica, “a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida” Setubal (2007, p. 70). Como é sabido, a profissão enfrenta dificuldades, pelas contradições intrínsecas na sociedade e a pesquisa, por sua vez, mobiliza a prática investigativa da profissão, buscando superações e transformações na configuração da sociedade atual, imersa em desigualdades sociais.

Pelas produções teóricas “a profissão alcança maturidade intelectual” demonstradas nas áreas das ciências sociais e humanas. (BOURGUIGNON, 2007, p. 50). Também reconhece assim, o usuário como sujeitos de direitos, adotando este como parte desse

processo transformador da sociedade, buscando sua emancipação e possuindo um diálogo crítico no seu posicionamento.

É notório o protagonismo dos assistentes sociais nesta construção que, através das suas organizações representativas – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – e dos espaços de socialização de conhecimentos (congressos, conferências, encontros, seminários, cursos, publicações, entre outros), têm-se mobilizado e se feito presente como sujeito político diante das questões que afetam o exercício profissional e a garantia dos direitos sociais no campo das políticas públicas, bem como têm mantido importante interlocução com os movimentos sociais da sociedade civil, ampliando seu potencial de enfrentamento das crises e transformações do mundo contemporâneo. (BOURGUIGNON, 2007, p. 50).

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é considerado como o maior evento brasileiro do serviço social que reúne estudantes e profissionais da área, com o objetivo de suscitar uma discussão acerca do trabalho do assistente social a partir do seu projeto ético-político e de sua trajetória histórica. Com essa finalidade são organizadas mesas temáticas, apresentação de trabalhos e lançamentos de livros.

O último CBAS, XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado em Brasília, no período de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, com o tema principal “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”, tendo a sua agenda política definida nos seguintes tópicos:

- Defender a presença forte do Estado na área social, com vistas a ampliação dos direitos sociais e das políticas públicas universais;
 - Lutar para a realização de concursos públicos em todas as áreas e por regras mais transparentes no serviço público;
 - Atentar para as medidas infraconstitucionais que vêm sendo utilizadas para o desmonte das políticas sociais;
 - Defender uma nova organização da burocracia estatal para se contrapor à administração gerencial, produto da contra-reforma do Estado, no sentido de implementar regras racionais-legais, favorecedoras do acesso aos direitos sociais;
 - Fortalecer a capacidade de articulação dos profissionais com os usuários e com a sociedade civil, como mediações necessárias à construção de processos contra-hegemônicos.
- (http://www.cfess.org.br/arquivos/Agenda_XIII_CBAS.pdf)

O cenário no qual o Congresso estava inscrito foi apontado da seguinte forma:

A mais profunda crise do capital desde o início dos anos 70 do século XX é o cenário no qual se inscreve esse XIII CBAS, o que determina o movimento dos sujeitos históricos e produz impactos na economia, na política e na cultura, com implicações para os trabalhadores, dentre os quais os assistentes sociais. Trata-se de um momento de inflexão histórica, que atinge diretamente as condições do exercício profissional: pelo lado da demanda que aumenta exponencialmente; pelas condições de trabalho que se deterioram visivelmente com parcos investimentos e precarização da formação e do exercício profissionais; ou mesmo pela organização política e campo de alianças que devemos estabelecer para a resistência à barbarização da vida social. (CBAS, 2010, CD ROOM).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para elaboração do presente trabalho adotamos o estudo exploratório, de natureza qualitativa, tendo como objetivo, segundo Gil (1996, p. 46):

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O estudo exploratório é delineado como pesquisa bibliográfica que consiste em levantamento de obras, artigos, livros que dão embasamento ao assunto em análise. Podemos observar, como preconiza Gil (1996, p. 48) que:

Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem - análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Na primeira seção foi realizado um levantamento dos dados estatísticos do IBGE (2010) sobre a educação no Brasil. Com isso, pudemos perceber as diferenças de cada região, bem como comparar os índices para demonstrar as desigualdades existentes nesse âmbito, suas melhoras e, a partir disso, observar as contradições que permeiam o ensino básico.

Apresentamos um relatório do CFESS (2011) sobre o trabalho do assistente social na área da educação, estudo atual realizado pelo Grupo de Estudos do CFESS que utilizou o mapeamento das assistentes sociais nessa área, seus desafios, trabalho em equipe interdisciplinar e seus avanços.

Para o levantamento bibliográfico sobre o assistente social na educação utilizamos, predominantemente, a consulta de artigos online, pois não há muitas obras publicadas sobre o assunto.

Desenvolvemos o contexto da educação, dando ênfase à perspectiva marxista e, nesse sentido, destacando as contradições, as relações sociais na lógica capitalista e como a educação se desenvolveu neste contexto. Utilizamos como principais autores: Trindade (2003), Konder (2002) e Marx e Engels (2008).

Elencamos também, o contexto histórico da educação do Brasil desde a década de 30 até os dias atuais, bem como quanto ao surgimento e desenvolvimento do serviço social nesta área, utilizando como principais autores Freire (2011a, 2011b), Veronese e Oliveira (2008).

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Tendo em vista o reconhecimento do maior evento brasileiro do serviço social, optamos por analisar artigos que fizessem referência ao serviço social na Educação Básica, apresentados no XIII CBAS.

A comissão organizadora do Congresso recebeu um total de 1351 trabalhos, “sendo 1085 para apresentações em forma de comunicação oral e 266 para a apresentação em forma de pôster. Destes, foram aceitos 914 para apresentação oral, o que significa 82% dos trabalhos enviados, e 218 para apresentação em forma de pôster, o que representa 81,9% dos trabalhos enviados” (XII CBAS, 2010, CD ROOM).

Através de consulta ao CD ROOM, com todos os artigos aprovados, filtramos a pesquisa por tema, onde encontramos 55 (cinquenta e cinco) artigos que tratavam sobre o tema Educação em geral e, sobre a Educação Básica e Formal, 14 (quatorze). Desses, selecionamos 7 (sete), a partir da leitura dos resumos, cujo conteúdo dizia respeito ao serviço social na Educação Básica e educação no contexto capitalista, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1- Amostra

Autores	Título	Palavras-chave
Carla Rosane Bressan e Suelen Virgilino	A intervenção profissional do serviço social no contexto educacional: ações sócio-educativas no contraturno escolar	Educação / serviço social/ interdisciplinaridade / ações sócioeducativas
Francine Helfreich Coutinho dos Santos	Educação e escola pública: notas para pensar a intervenção profissional do assistente social	Educação, Serviço Social e Escola pública
Flander de Almeida Calixto, Odete Dan	O processo de trabalho do assistente social na educação: duas experiências em questão	Serviço social educacional, extensão universitária, processo de trabalho profissional.
Marina Fernandes Bueno	O serviço social na democratização do espaço escolar: a experiência da rede de proteção ao educando	Educação, poder, potência, participação.
Silvia Dabdab Calache Distler	Refletindo sobre o trabalho do assistente social na educação infantil	Educação infantil, direitos, política pública, projeto ético-político.
Tathiana Meyre da Silva Gomes	Educação, trabalho e serviço social na cena contemporânea.	Trabalho; educação e serviço social.
Rosane Fratane de Oliveira	Pensando a inserção do assistente social no processo de construção da educação infantil no	Educação Infantil, Creche, Assistência, Niterói e Serviço Social.

	município de Niterói	
--	----------------------	--

Fonte : CD ROOM
Elaboração: Franciane Semeoni

3.3 EIXOS DE ANÁLISE

A análise e interpretação dos dados se deu através do método materialista dialético que possibilita as referidas ações num contexto dinâmico e totalizante da realidade.

Para a análise dos conteúdos, elencamos os seguintes eixos e subeixos:

EIXO 1 Aspectos do trabalho do assistente social na Educação Básica:

- 1.1 Família, Escola e Serviço Social na formação de um espaço democrático
- 1.2 O trabalho do assistente social na educação, na lógica capitalista

EIXO 2 Principais desafios profissionais;

3.3.1 Análise e discussões

Para melhor compreensão, a seguir, os artigos serão selecionados através dos sobrenomes dos autores.

Quadro 2- Aspectos do trabalho do assistente social na educação básica

Autores	EIXO 1 Aspectos do trabalho do assistente social na Educação Básica
Bueno	<p>- O trabalho do Serviço Social na Educação, visa o estímulo à formação de lideranças a partir da abertura de espaços de participação e auto-expressão, dos alunos, professores e familiares. É, pois, um trabalho que pretende criar espaços de subjetivação, rompendo a lógica instituída de captura disciplinar da potência constituinte, ou seja, de sujeição dos indivíduos às práticas enriquecidas do poder e de sua hierarquia. Este trabalho tem, a nosso ver, um importante papel democratizador no espaço escolar.</p> <p>- o assistente social pode se somar aos educadores na construção de novas abordagens para o universo escolar, atuando em uma perspectiva coletiva, de forma a compreender o sujeito considerando as relações, realidades e complexidades pelos quais ele é permeado, entendendo-o em sua totalidade.</p> <p>- podem fortalecer nos sujeitos a possibilidade de ação coletiva, capaz de ser canalizada para a defesa de seus interesses e direitos, se colocando em favor da luta pela democracia. A partir disso, acreditamos na pertinência de contribuirmos no fortalecimento da gestão escolar democrática, estimulando a participação das famílias, alunos e profissionais da educação nos canais de representação existentes nas Unidades Escolares (Conselho Escola Comunidade, Grêmios Estudantis, Conselho de Classe etc);</p>
Virgilino e Bressan	<p>- Serviço Social no âmbito educacional tende a ampliar os olhares dos demais profissionais da educação para a compreensão do ato de educar como um processo que se inicia na família e nas comunidades</p> <p>- o Serviço Social pode desenvolver parceria com as diversas instituições públicas e privadas da comunidade local, objetivando facilitar e garantir o acesso dos educandos e suas famílias aos serviços oferecidos;</p> <p>- o Serviço Social pode promover atividades para discussão, esclarecimento e orientação, para toda comunidade escolar (Direção, professores, coordenadores, pessoal de apoio, etc.) contribuindo para a garantia dos direitos da criança e adolescente, público alvo da política educacional; (VIRGILINO, 2008.p.40-41)</p>

	<p>- Assim como em outros espaços de atuação o profissional deve buscar através da capacidade teórico-metodológica desenvolver ações voltadas à garantia da universalidade e a qualidade de seu atendimento.</p>
<p>Calixto e Dan</p>	<p>- O assistente social sintonizado com seu tempo está atento a esse importante detalhe do cotidiano pois que a linguagem está diretamente vinculada à trilogia da intervenção: teórico metodológico, técnico operativo e ético político.</p> <p>- Ao adentrar no campo da família emergiu novas colaborações do Serviço Social no que se refere à relação da Escola e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>-fazer as mediações que se apresentam como demandas de trabalho envolvendo a comunidade escolar posto que, a escola sai de dentro dos seus muros para fazer uma caminhada na comunidade em sua dimensão política de formação crítica.</p>
<p>Distler</p>	<p>- A inserção serviço social na Educação Infantil acontece de diversas maneiras e nos mais variados espaços institucionais. Compondo uma equipe a atuação dos assistentes sociais deve estar voltada para os diferentes atores, sejam alunos, famílias ou profissionais da educação que integram a comunidade escolar.</p> <p>- A comunicação com as famílias deve ser feita de diversas formas e o acesso às informações sobre o desenvolvimento educacional dos filhos constitui um direito. Portanto, cabe ao assistente social criar estratégias no espaço institucional para que esse direito se concretize. O serviço social deve participar do processo educacional, integrando a equipe multidisciplinar, esclarecendo e orientando no que lhe compete.</p> <p>- A mobilização das famílias para participação na gestão democrática da escola , manutenção e ampliação dos direitos destaca-se nas atribuições do assistente social.</p> <p>- Entre as atividades profissionais cabe ao assistente social, como ator participante do processo educacional, integrante da equipe, com vistas à efetivação de direitos, realizar encaminhamentos, reuniões, palestras e elaborar informativos aos pais, trocando diferenciados saberes com os</p>

	<p>componentes da comunidade escolar. É pertinente a identificação e articulação de recursos sociais para garantia de direitos das crianças e seus familiares assim como os atendimentos aos funcionários, orientando-os para conquista de seus direitos.</p> <p>- Com base nos parâmetros curriculares pode-se atuar diretamente com aos alunos, atentando-se para a faixa etária e capacitação profissional, num trabalho com a equipe ou junto aos recursos sociais. São possíveis atividades sócio-educativas, com temáticas sobre os direitos das crianças: ECA, valorização das profissões, ações de prevenção na área da saúde ,ações que aproximem alunos e famílias do espaço escolar e que propiciem a troca de saberes.</p>
<p>Gomes</p>	<p>-Para que a atuação profissional possa estar em consonância os princípios aludidos voltados para a transformação, é premente que o profissional disponha de uma compreensão crítica da realidade macrosocial e da educação.</p> <p>- Nossa perspectiva de análise não toma o assistente social no pólo do messianismo (IAMAMOTO, 1998), mas como um profissional de formação crítica, competente do ponto de vista teórico-interventivo e ético-político que pode no interior do processo estabelecido, seja na sua inserção direta na escola ou na dimensão de planejamento/implementação da política educacional, buscar com os atores envolvidos a construção de uma contra-hegemonia, reconhecendo que a conquista e garantia de direitos e defesa da cidadania foram até agora, nos limites capitalistas, <i>incapazes de eliminar as desigualdades sociais, mas integram uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária</i> (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 195).</p>
	<p>- A relação com a área da educação se estabelece não só pela dimensão educativa da intervenção profissional dos Assistentes Sociais, mas também pela dimensão estratégica que a educação possui nas ações políticas voltadas para construção de novo projeto societário.</p> <p>- o profissional de Serviço Social pode contribuir na construção da contra-hegemonia, enquanto intelectual orgânico da classe trabalhadora, no sentido de superar essa cultura de conformação e adaptação mantida pelo</p>

<p style="text-align: center;">Oliveira</p>	<p>poder instituído. Onde este defende uma educação voltada para a emancipação e para um avanço na transformação dessa sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - a proposta que o Assistente Social busca trabalhar, articulada com outros profissionais que possuem uma proposta educacional, que busque a formação do cidadão, de forma a construir uma cultura própria para uma realidade crítica, deve ser empreendida pela construção de uma educação pública que de fato atenda aos interesses da população e não do capital. - A inserção do Assistente Social no campo da educação se concretiza de forma articulada com outros profissionais da educação, atuando nas questões dos alunos, família, na formação e capacitação de recursos humanos, na construção de operacionalização de projetos pedagógicos da educação, articulação com a rede para atendimento às suas necessidades. - E com um trabalho em equipe, traçar metas de forma a superar as dificuldades institucionais, em direção a uma escola que atenda as necessidades das crianças que ali estão. Com isso, contribuindo para a criação, ainda que seja na sociedade capitalista, de uma outra concepção de educação, que não se subordine ao mercado, mas ao contrário, que contribua para uma visão de mundo onde se considere a totalidade do ser humano, e, portanto, o trabalho como fator constitutivo do ser social.
<p style="text-align: center;">Santos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O desvelar das diversas manifestações da questão social no interior da escola pública se estabelece como matéria sobre a qual o exercício profissional do assistente social vai se remeter, dado que a profissão <i>“se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento capitalista monopolista”</i> (ABEPSS, 1997:60). - a função pedagógica do assistente social é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa por meio dos efeitos dessa ação na maneira de pensar e agir dos sujeitos nela envolvidos. O caráter pedagógico da prática dos assistentes sociais, representa uma forma de contribuir para a criação de uma nova cultura desencadeada desde o Movimento de Reconceitualização na América Latina em todo o seu significado da relação que se estabelece com distintos projetos em disputa na sociedade. - é possível contribuir para a ampliação da escola enquanto um espaço democrático que precisa ser repensado não só pela categoria profissional,

	mas por todos os sujeitos que estão envolvidos nesse processo, e sobretudo atribuir a ela possibilidades contra-hegemônicas.
--	--

EIXO 1.1 FAMÍLIA, ESCOLA E SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Destacamos nos artigos a ênfase da importância da família e da comunidade frente ao espaço escolar para garantir um ensino de qualidade aos alunos.

Bueno (2010) enfatiza a importância da integração escola, família e comunidade para tornar a educação mais efetiva. Com as transformações da sociedade e as novas demandas que surgem, a escola enfrenta novos desafios perante as demandas apresentadas pelos estudantes. Diante disso, há necessidade de um profissional que conheça os principais aspectos que envolvem a realidade dos alunos e tenha competência profissional para elaborar a análise visando as modificações necessárias.

A autora coloca a importância dos assistentes sociais e psicólogos no âmbito escolar, para defender os direitos que os alunos possuem diante da Constituição Federal de 1988, pelo acesso à escola e o que preconiza o ECA, motivando para que o aluno seja participante do processo de cidadania e na construção de uma escola de qualidade, expondo suas ideias, suas vontades, expressando suas opiniões, construindo junto com a escola um ambiente onde o aluno possa aprender de forma qualitativa, diminuindo as dificuldades que incidem na escolarização e reduzindo as expressões da questão social.

Por muitos anos, as famílias tradicionais tiveram seus papéis específicos, com pais autoritários, mães que se dedicavam somente a família, as crianças pouco participavam e suas opiniões e não eram, muitas vezes, ouvidas. Com mudanças ocorridas na sociedade, a família foi se transformando e a mulher aos poucos, conquista maior espaço no mercado de trabalho, a quantidade de filhos diminui, as pessoas procuram maior liberdade de expressão, podendo suscitar de modo participativo para a construção de uma sociedade mais democrática

Bueno (2010) coloca que a transformação das relações do aluno com a escola, modificam o modelo tradicional de educação pautada na punição e assume outras questões

(acesso ao ensino, participação dos alunos, pais e comunidade no processo escolar) pertinentes que auxiliem, de forma democrática, na permanência e qualidade do ensino.

Na escola, o aluno é o ‘protagonista’ principal, onde sua participação nas decisões para a transformação do ensino é de extrema importância e influenciará diretamente na sua comunidade e na família, visto que a escola não é algo fechado, mas sim recebe influências das relações que o aluno possui fora desta. Assim, na concepção das autoras Veronese e Oliveira (2008):

A educação que provém da liberdade responsável, de uma relação humana madura, evidencia criatividade, respeito, automotivação, tolerância, segurança, diálogo, alegria, desenvolvimento harmônico de todas as potencialidades inerentes ao homem. Supre a necessidade de se impor recursos externos rigorosos, pois atinge o elevado nível de uma autodisciplina pelo exercício constante de sua consciência.

Nesta mesma linha, Distler (2010) assenta sobre a importância do serviço social na educação infantil, como um trabalho de mobilização para a participação ativa não somente dos alunos, mas também das famílias no processo pedagógico.

Como a família está diretamente ligada neste processo, o assistente social tem esse papel de desenvolver e criar estratégias para que ocorra essa participação, entendendo as transformações e as contradições que permeiam a realidade do aluno.

Segundo Distler (2010, p. 3):

A escola de Educação Infantil deve ser um espaço rico para trocas, onde a diversidade seja valorizada, bem como a história e as experiências de cada um dos seus atores sejam respeitadas, que incorpore novas linguagens, questões de gênero e etnia que considere o multiculturalismo e sua incidência no escolar.

Para a ação profissional é fundamental conhecer o aluno, a família e suas necessidades para juntamente com a escola contribuir no processo de aprendizagem visando o desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, para suas escolhas, para o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, bem como para a construção de sua personalidade. Buscando nesta parceria, que o aluno tenha autonomia neste processo.

Santos (2010) salienta que o profissional do serviço social, na formação de um campo democrático na escola, necessita estimular e fomentar a utilização dos espaços que a escola oferece para que ocorra a participação popular, citando alguns exemplos como o “fórum de pais e mestres, Grêmios estudantis” (SANTOS, 2010, p. 10), para promover a maior

participação destes. São nestes espaços coletivos que se tem a oportunidade de se pensar a transformação da política de educação de forma qualitativa, de uma maneira que todos possam expor suas ideias na garantia dos seus direitos.

Segundo Santos (2010, p. 9):

A necessidade de se repensar política educacional enquanto uma política social na órbita dos direitos legalmente garantidos, prima pela busca de elementos para pensar a escola que queremos e necessariamente pela passagem do senso comum para o bom senso e assim construir possibilidade de ações contra-hegemônicas – hegemonia aqui entendida como direção política e cultural de uma classe sobre a outra - e contribuir para o processo de superação da apassivação e cristalização de um princípio educativo que se traduz em um determinado tipo de conformismo social.

As práticas educativas contemporâneas, na maioria das vezes, buscam adaptar os indivíduos, conformá-los a uma ideologia dominante, que os submete a um conhecimento que está pronto e deve ser aceito acriticamente, sem introduzir verdadeiras e necessárias transformações. O sistema educacional se reformula de modo muito lento ao longo da história, seguindo um modelo arcaico que pouco tem evoluído. A dominância de uma classe sobre outra, sendo a classe que domina permeada de valores materialistas, produz um modelo mecanizado, destituído de valores reflexivos e transformadores. (VERONESE; OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, a parceria com a escola, família e comunidade, em um âmbito mais amplo, compreendendo suas necessidades e dificuldades no modo de produção que os rodeia, a educação pode ser analisada e percebida de forma crítica e ser transformada na lógica de interesses coletivos, sendo, estas ideias, construídas em espaços democráticos dentro da escola, com a participação do trabalho do assistente social.

Discutindo na mesma perspectiva, as autoras Virgilino e Bressan (2010) ressaltam a importância do serviço social na intervenção da realidade para desenvolver a ligação da família, comunidade e escola para que este se torne um espaço democrático. Por isso, dentro da instituição escolar, o profissional necessita conhecer essa “bagagem cultural, de costumes sócio-familiares, nos quais refletem no cotidiano escolar” (VIRGILINO; BRESSAN, 2010, p. 8).

Nessa perspectiva, o serviço social, fará essa interlocução com outros profissionais envolvidos, discutindo sobre os conteúdos e informações necessárias para que possam apreender sobre a realidade do educando e juntos, intervenham e conheçam as

particularidades, traçando metas com objetivo de transformar o alterar o seu cotidiano, para garantia de seus direitos. “O educador que ouve seus educandos, que considera o que trazem da sua realidade, é um profissional que demonstra automaticamente a confiança no potencial de cada um deles”. (VIRGILINO; BRESSAN, 2010, p. 8).

Segundo Scanderlai e Cardoso (2011, p. 3), o assistente social:

[...] poderá contribuir com a melhoria das condições dos Direitos à Educação de qualidade, atuando na intervenção que pode ser conjunta com Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, e pela família para o enfrentamento das expressões da questão social e para haver uma ação mais efetiva.

O serviço social pode contribuir na integração escola, família e comunidade através de seus instrumentos técnico operativos, teórico metodológico e ético político, ou seja, através das visitas domiciliares, reuniões, visitas institucionais, atendimentos individuais e coletivos, conhecer e articular as políticas públicas. Assim, o assistente social na área educacional possui conhecimentos para intervir na realidade, buscando aportes pedagógicos para inserir e democratizar o espaço escolar, principalmente “construindo” a ponte entre os alunos, famílias e comunidades. (VIRGILINO; BRESSAN, 2010).

Os autores Calixto e Dan (2010), também expõem, no seu conteúdo, a importância dos instrumentos de trabalho do serviço social no espaço escolar, tendo como base o conhecimento teórico metodológico, considerando-o como base para suas ações, para compreender o seu papel em determinado âmbito. O conhecimento teórico metodológico identifica como o profissional se posiciona frente aos outros profissionais, tendo suas particularidades que envolvem a profissão, utilizando da linguagem para demonstrar tal conhecimento. No campo ético político, o profissional constrói suas habilidades conforme seu papel na sociedade, dando autonomia aos sujeitos, transformando a realidade de forma democrática.

Assim, o profissional atua na educação, conforme seu método de trabalho,

[...] para fazer as mediações que se apresentam como demandas de trabalho envolvendo a comunidade escolar posto que, a escola sai de dentro dos seus muros para fazer uma caminhada na comunidade em sua dimensão política de formação crítica. (CALIXTO; DAN, 2010, p. 7).

Diante das dificuldades enfrentadas pelo assistente social, citadas na experiência de trabalho das autoras Calixto e Dan (2010), enfatizam sobre a importância da atuação

profissional que, de fato, contribua para a autonomia do sujeito, sua emancipação, de maneira a propiciar a escola como um espaço democrático.

Podemos perceber que na maioria dos artigos selecionados, os autores discutem sobre a importância da família e comunidade no centro do espaço escolar, como uma forma de estar mais presente na vida do educando e também que estes, em conjunto, participem da mobilização transformadora, rumo a uma sociedade mais democrática. O aluno traz consigo uma realidade social, cultural e histórica para dentro da escola, que, por sua vez, também responsável por abarcar as demandas.

O conformismo deve ser substituído pela autonomia e emancipação dos sujeitos, através da ampliação da participação popular, sabendo-se que a família também encontra-se em situação agudizada e vulnerabilizada. Nesse sentido, é fundamental ter consciência da lógica colocada para ensejar uma outra ordem, conquistada pelo protagonismo popular.

EIXO 1.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO, NA LÓGICA CAPITALISTA

Como vimos, a sociedade capitalista está repleta de contradições, não sendo diferente no espaço educacional, estando diretamente ligado aos interesses do capital, utilizando deste, um aparato para expandir suas ideias de uma sociedade pautada na educação pelo trabalho e não como direito.

Gomes (2010) apresenta um panorama da educação na sociedade capitalista, enfatizando como esta se desenvolve pela lógica do trabalho. A autora remete a discussão de como a educação está focalizada em perpetuar o desenvolvimento do capital, de uma forma fetichizada, onde se pauta no ensino não como direito, mas sim em “preparar” a sociedade para o mercado de trabalho com o intuito da reprodução do capital. Desta forma, a educação é considerada alienada, pois não prepara o indivíduo para formar uma consciência emancipada.

A autora cita Mészáros (2008) e a perspectiva marxista para explicar a educação de forma a superar a lógica capitalista.

Isto pode ser parcialmente compreendido porque a educação ocupa lugar de importância no quesito de manutenção do *status quo* do sistema capitalista, podendo auxiliar (e assim tem sido) no processo de governabilidade. Deste prisma, a educação é compreendida como aquela que, por um lado, pode definir a competitividade entre nações e, por outro, como aquela que pode auxiliar no desenvolvimento de capacidades e habilidades individuais voltadas para garantir (em consonância com o princípio flexível) a ‘empregabilidade’ (já que não existe mais a garantia de pleno emprego) nos tempos de crise mais agudas. (GOMES, 2010, p. 5).

Nessa perspectiva, a educação deve ser vista em um sentido amplo, sendo pautada no trabalho emancipado, exercendo a liberdade e resgatando seus direitos.

A educação para além do capital visa a uma ordem quantitativa diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação orientada pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital é absolutamente crucial para esse propósito (Mészáros, 2008, p. 71-72).

O trabalho do assistente social é essencial para defender o direito de uma educação de qualidade, entendendo que, desta forma, a sociedade não está preparada para ser um espaço democrático e igualitário, perante exploração, submissão e contrariedades que o sistema institui. (GOMES, 2010).

Oliveira (2010) segue nesta mesma direção ao pensar a educação no sistema capitalista, onde a educação, ao longo dos anos, se reafirmou nesta lógica. Através de práticas conservadoras, usando do autoritarismo para imputar os interesses de determinadas classes na sociedade. Segundo Rossi (1980, p.27-28):

A sociedade capitalista privilegia os meios de produção em detrimento da força de trabalho. Quando o capitalista, interessado na manutenção dos privilégios que a sociedade atual lhe proporciona, advoga a “democratização” das oportunidades de ensino, ele não está agindo altruisticamente, ou por motivos de humanidade. Está defendendo seu interesse de classe que, [...] nas condições da sociedade moderna requer uma classe trabalhadora preparada para operar equipamentos modernos, tecnologia avançada.

A sociedade tem em mente, que a educação está intrinsecamente ligada ao “sucesso no trabalho”, pois se criou uma visão de ensino pautado para o mercado de trabalho e adaptação ao sistema vigente. Desta maneira, a escola contribui para esta reprodução.

Segundo Oliveira (2010), o trabalho do assistente social ganha importância nas escolas por trabalhar contra essa hegemonia que se perpetua, fazendo com que a educação não ‘caia’ somente na reprodução dos interesses do capital, mas que torne o indivíduo capaz de exercer sua autonomia e liberdade, visualizando a educação de forma ampliada, formando um ensino público de qualidade voltado para toda população.

O assistente social, junto com a equipe pedagógica, não possui somente o papel de inserir o aluno na escola, mas também propiciar sua permanência para um ensino com caráter efetivo, utilizando encaminhamentos para a rede de apoio e a programas sociais, em conjunto com a escola, para tornar seu trabalho concreto na busca pela qualidade, onde o aluno seja participativo do processo democrático.

O profissional do serviço social, além de através do seu conhecimento, buscar contribuir para a política educacional, também é importante conhecer para aprimorar as políticas públicas, visando ampliar as formas de trabalho nos diversos segmentos da sociedade e em determinados grupos escolares. Como por exemplo, na educação infantil, o assistente social precisará ter conhecimento do ECA para compreender os direitos das crianças e dos adolescentes para tornar o trabalho mais completo e efetivo, na garantia desses direitos. (OLIVEIRA, 2010).

Assim, propor uma educação para além do capital, com ênfase na garantia dos direitos, emancipação, participação popular, liberdade, são um dos objetivos e estratégias do trabalho do assistente social, na área educacional.

3.3.1.1 Desafios profissionais na área educacional

Quadro 3

Autores	EIXO 2 Principais desafios profissionais
	- o trabalho do Serviço Social no âmbito educacional se apresenta como um paradoxo: funciona como espaço constituinte, capaz de contribuir no processo

<p style="text-align: center;">Bueno</p>	<p>de democratização da educação e ao mesmo tempo, como um espaço privilegiado para a continuidade dos traços arcaicos da profissão.</p> <p>-No entanto, um trabalho que vise o protagonismo infanto-juvenil, seja ele a partir da representação estudantil, dos conselhos escola-comunidade ou ações com alunos, se coloca como desafiador, uma vez que “a estrutura racional-legal que caracteriza o sistema educacional hoje acarreta uma relação de autoridade legitimada antes pela desigualdade e hierarquia do que pela negociação” (SILVA, 2001, p. 130).</p>
<p style="text-align: center;">Virgilino e Bressan</p>	<p>- Visto as especificidades da educação no país, sabemos que os reflexos do sistema econômico vigente e a redução de investimentos públicos nesta política vêm agravando estruturalmente o modo de vida da sociedade demarcando uma intensa desigualdade social e cultural da população. Estas alterações acarretam em problemáticas sociais que atualmente atravessam os eixos: família, escola e comunidade. Para os profissionais da área educacional a compreensão ampla do ato de educar é fundamental na efetividade das suas ações, mais do que repassar conhecimento é entender que a educação envolve as particularidades de cada educando, de cada comunidade atendida, vai além de um conteúdo programático pré-estabelecido, é uma troca de saberes e de experiências contínua.</p> <p>Considerando as particularidades da política educacional, o desafio maior aos Assistentes Sociais está em contribuir para uma gestão democrática, e principalmente, para a articulação/integração das instituições de ensino com as famílias e comunidades atendidas.</p>
<p style="text-align: center;">Almeida, Calixto e Dan</p>	<p>- entre os anos 1980 e boa parte dos 1990 o serviço social passou por momentos de crises em relação a sua identidade e assim, o profissional desse período assumiu muitas atribuições que, ora, se caracterizavam por sua competência ora, eram demandas ou requisições que não compunham o conjunto de processo de trabalho pertinente à categoria, mas a prática sincrética do serviço social favoreceu uma permeabilidade a amplo espectro de ações profissionais entendidas como de sua competência nesse bojo de possibilidades que vão além do traço polivalente que a profissão enseja.</p> <p>- a assistente social “fazia de tudo” de papel de eventual em sala de aula até entregar recados e documentos do trânsito administrativo, sem falar na velha função fiscalizadora de mensalidades da “caixa escolar” junto às famílias dos</p>

	<p>alunos/as.</p> <p>- É, portanto fundamental apreender os limites e possibilidades de uma ação educativa inserida num universo multicultural. O serviço social vem fazendo sua trajetória crítica e tem conseguido demonstrar com ética e profissionalismo as suas habilidades e competências promotoras da cidadania, da liberdade e da garantia de direitos sociais.</p>
<p>Distler</p>	<p>A prioridade seria a mobilização das famílias, alunos e profissionais da educação para participação consciente das famílias , alunos e profissionais da educação para participação consciente na gestão democrática das escolas com vistas à manutenção e ampliação dos direitos assim como garantia de qualidade. Penso que a ação profissional deva privilegiar a organização e participação das famílias , alunos e profissionais da educação no processo educacional.</p> <p>- A relação com as famílias deve ocorrer de forma a não culpabilizá-la e sim estabelecer com elas uma relação de parceria comprometida com o pleno desenvolvimento da criança. Neste sentido haverão de estar envolvidos os diferentes profissionais de educação. O trabalho em equipe na perspectiva da competência e do compartilhamento do saber é indispensável, comprometendo-se com os demais atores para viabilização de atendimento qualificado incluindo as pessoas com deficiência.</p> <p>É preciso estar atento às novas demandas decorrentes das transformações sociais, políticas econômicas, culturais e tecnológicas que incidem no espaço escolar e na cultura da criança.</p> <p>- Com vistas à qualificação da ação profissional e a implementação do projeto ético-político a formação continuada é fundamental assim como a efetiva participação nos movimentos sociais destacando-se a Comissão de Educação /CRESS, os Conselhos de Direito e demais fóruns de educação como estratégia de fortalecimento e defesa do exercício profissional.</p> <p>- Os desafios postos são inúmeros , especialmente em nossa sociedade excludente , com graves problemas sociais que se refletem no campo educacional agravadas, continuamente, pelas transformações na esfera da produção e reprodução social.</p>
	<p>- trabalho do assistente social no campo da educação requer um esforço de análise para não recair na redução desta à justificativa atrelada à ocupação de</p>

<p style="text-align: center;">Gomes</p>	<p>postos no mercado formal de trabalho. Na atual conjuntura esta dimensão não pode ser desprezada, mas, se considerada numa perspectiva unilateral pode se transformar numa armadilha e colocar em risco a efetivação dos próprios pressupostos da atual direção social hegemônica com a qual está comprometida a profissão.</p> <ul style="list-style-type: none"> - uma concepção de educação em sentido ampliado voltada para a produção de sujeitos críticos para um pensar e agir transformador. A autora alerta que os profissionais que apresentam esta compreensão não são a maioria. - Há um conjunto de demandas de trabalho que se colocam para o profissional nesta área, desafiando-o na construção de respostas profissionais efetivas, mas, sobretudo, desafiando a identificar quais das demandas a ele destinadas correspondem efetivamente a sua demanda sócio-profissional no campo referido. - No campo da educação o risco que se corre com uma inserção profissional pouco debatida com os outros atores institucionais e tomada exclusivamente do ponto de vista de ampliação de mercado de trabalho é a fragmentação das mais variadas questões que atravessam e compõe este campo e a definição da “parte que cabe ao profissional para sua atuação”, tendo como consequência a reatualização de uma prática assistencialista e funcional, voltada para ações “ortopédicas” e adaptadoras, reforçando os tradicionais discursos que reverberam e reproduzem a ideologia dominante.
<p style="text-align: center;">Oliveira</p>	<ul style="list-style-type: none"> - podemos perceber é que os profissionais sentem dificuldades para realizar um trabalho completo, onde se tem um espaço limitado de discussão, porém, se faz necessário ser mais reflexivo, e propor ações criativas, pois temos que passar por dentro desses conflitos e pela relação de poderes existentes. Desta forma, temos que buscar estratégias de ação de forma a contribuir nesse espaço em direção à superação de dependência, e reafirmação de uma educação pública e gratuita. - o distanciamento das Assistentes Sociais das questões relacionadas à área da educação. Esse fato se dá devido a ausência de tradição recente de atuação nesta área, aliado ao histórico em que foi tecida a política de atenção à criança, em que o poder público tem enfrentado essa relação neste campo via assistência. Pois esses fatores são decisivos para se entender esse distanciamento em relação ao campo educacional. - O campo educacional é permeado pelas tensões próprias desse espaço, até mesmo pela presença do Serviço Social, que muitas vezes se constitui como

	<p>impasse do próprio trabalho do Assistente Social. Que deve articular com outros profissionais, historicamente responsáveis pela implementação da política educacional, e até pela definição de práticas próprias, e a delimitação do espaço de cada profissional.</p>
<p>Francine Helfreich Coutinho dos Santos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É desafiada a articular o conhecimento com a realidade social, buscando, assim, instrumentalizar o sujeito para compreender e intervir nas questões que se apresentam no seu cotidiano. Mas, ao mesmo tempo, esta mesma instituição tem sido o cenário de experiências complexas das diferentes expressões da questão social. - “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”. (Iamamoto,1998:20) Sobretudo porque neste espaço onde sua legitimidade ainda não se deu por completo, é preciso romper com a visão focalista e endógena da profissão. - A necessidade de se repensar política educacional enquanto uma política social na órbita dos direitos legalmente garantidos, prima pela busca de elementos para pensar a escola que queremos e necessariamente pela passagem do senso comum para o bom senso e assim construir possibilidade de ações contra-hegemônicas – hegemonia aqui entendida como direção política e cultural de uma classe sobre a outra - e contribuir para o processo de superação da apassivação e cristalização de um princípio educativo que se traduz em um determinado tipo de conformismo social.

O assistente social na área educacional enfrenta alguns entraves no seu trabalho cotidiano para garantir o direito aos usuários. Nos artigos selecionados nesse eixo, do CBAS, a reflexão é nítida entre os autores, colocando alguns desafios que a profissão encara durante a execução das políticas.

Bueno (2010) destaca como desafiadora a maneira como a profissão possui resquícios do modo conservador que imperou durante décadas no serviço social e como sua superação ainda é um dos grandes desafios. Como vimos, o Movimento de Reconceituação foi um marco histórico para a profissão para romper com práticas tradicionais e das influências que

este recebeu na sua trajetória. Porém, até os dias atuais, no cotidiano do trabalho do assistente social, há um entrave para romper com essa prática.

Diante disso, no campo educacional não poderia ser diferente. O que nos mostra os autores é que a prática conservadora existe, não somente reproduzida pelos assistentes sociais na instituição de ensino, mas pelos outros profissionais que compõem a equipe interdisciplinar, por possuírem uma visão do senso comum e retórica da profissão.

Como coloca Bueno (2010), a profissão garante direitos e luta para a construção de um espaço democrático, porém, muitas vezes, acaba ‘caindo’ na lógica do que o serviço social está tentando romper há algumas décadas, o modo arcaico com o qual foi instituído.

Por um lado, a profissão, na medida em que ainda é convocada a reforçar as condições de dominação, situa-se a serviço de uma política de controle social, de extensão do controle dentro da esfera da reprodução. Por outro lado, essa prática, como dissemos, foi colocada em cheque a partir da conquista do pluralismo da profissão, que pôs em evidência e questionou seus antigos objetivos. (BUENO, 2010, p. 8).

A própria educação sofreu e sofre grandes influências de práticas tradicionais ao longo dos anos, com a presença do autoritarismo, reprodução dos interesses das classes dominantes, a punição como forma de educar. Com isso, percebemos que o serviço social, além de desfazer o olhar arcaico da profissão, no campo educacional, tem-se o desafio de desconstruir o olhar do senso comum da sociedade perante o ensino. O que não é considerado tarefa fácil, pois este meio já está enraizado de uma tradição conservadora que prevalece socialmente.

O pedagogismo conservador apresenta-se, pelo menos em duas formas distintas: uma veiculada pela pedagogia tradicional, numa linha mais moralista e declaradamente autoritária. Outra numa forma aparentemente modernizadora e pragmática. Enquanto a primeira provavelmente encontra suas raízes junto a classe dominante tradicional, a segunda expressa os interesses da burguesia industrial em busca dos recursos humanos necessários a suas empresas em expansão. Enquanto o pedagogismo conservador tradicional é claramente identificável e seu sentido reacionário é evidente em cada uma de suas propostas, que afinal se institucionalizavam na escola autoritária tradicional, o pedagogismo conservador que se apresenta na versão modernizada, pode aparecer, aos menos avisados, como reformista, sobretudo aqueles que, não distinguindo, com precisão, meio e fins, entendem que se está mudando a educação, quando se introduz uma nova técnica e se está mudando a sociedade, quando se apresenta a mesma organização fundamental sob nova aparência. (ROSSI, 1980, p. 23,24).

A educação tradicional que Rossi (1980) expõe, é justamente o da aceitação das coisas, conformismo, sem desenvolver o senso crítico para a mudança de uma sociedade que

já está estabelecida. Gomes (2010) comenta, seguindo o mesmo raciocínio, que a educação ganha outro sentido para atingir os interesses das classes hegemônicas, alienando a sociedade, reproduzindo conhecimento somente com o fim de se inserir no mercado de trabalho. Neste sentido, o desafio posto para os assistentes sociais é buscar a transformação de uma postura da educação voltada para emancipação, desalienação, trazendo a participação dos usuários envolvidos neste processo.

Para que isso seja possível, a profissão precisa conhecer e entender a realidade com a qual está trabalhando, identificar as demandas, coletivizando-as, e principalmente, entender a educação no seu sentido mais amplo. Gomes (2010) cita a autora Martins (2007) que indaga que nem todos os assistentes sociais na área educacional entendem seu termo de forma correta, mas sim trabalham de modo assistencialista, na base da reprodução e não no sentido abrangente da transformação.

Gomes (2010) socializa outro ponto importante posto como desafio para o assistente social, quando este não reconhece sua verdadeira função na lógica institucional, com isso, acaba fragmentando as demandas por área de atuação. Por isso, o profissional necessita conhecer a instituição na qual trabalha, reconhecendo seu papel com bases nas suas diretrizes ético- política, teórico metodológico e técnico operativo.

Na mesma direção segue Oliveira (2010) colocando os assistentes sociais na área da educação possuem um grande entrave em relação ao conhecimento dessa política, principalmente, vendo-a de forma crítica, reconhecendo seus limites. Como vimos, o assistente social na educação existe desde o surgimento da profissão, porém ganhou ênfase, décadas depois, mas com resquícios de uma marcada por desigualdades, conflitos e contradições que permeiam a educação.

Calixto e Dan (2010) trazem uma experiência, no seu campo de trabalho, relatando o desenvolvimento do serviço social dentro de uma instituição, onde por algum tempo o trabalho do assistente social era meramente aquele que - como coloca os autores - “fazia de tudo” na instituição, perdendo sua verdadeira identidade. (CALIXTO; DAN, 2010, p. 2), sem fazer registros dos seus trabalhos, tendo uma visão arcaica dentro da educação. Após um período de luta dos profissionais que foram ingressando na dinâmica institucional para romper com as práticas tradicionalistas, percebiam que o contato com a equipe da educação era muito importante. Assim, a relação com outros profissionais, foi possível “localizar os diversos

campos de força e seus nucleamentos de natureza coletiva que interagiam no campo institucional.(CALIXTO; DAN, 2010, p. 3).

Com o pensamento crítico em relação ao trabalho que estava sendo realizado de forma autoritária e tradicional e a mudança na postura dos assistentes sociais com relação ao método de trabalho, mostrou-se um avanço de forma positiva no fazer profissional, na relação com os outros funcionários e principalmente, na qualidade dos atendimentos dos usuários.

Esse ‘não reconhecimento’ do profissional dentro da instituição, acaba levando na direção do fazer profissional conservador, sem consciência crítica da política e do seu próprio papel. Na entrevista com as assistentes sociais realizadas pelo CFESS (2011) é apresentado que um dos entraves dos profissionais frente à política de educação “assume uma feição estática, pouco dinâmica e sem contradições, como se fosse uma estrutura, por excelência, impeditiva de avanços e da realização de condições de trabalho favoráveis aos assistentes sociais” (CFESS, 2011, p. 41). É o que podemos perceber na entrevista realizada por Oliveira (2010) na sua pesquisa, usando a palavra “distanciamento” para explicar a atuação profissional em frente à educação, tanto por ainda possuir práticas antigas, como ter clareza do seu papel segundo o projeto ético político, “no sentido de que a compreensão do que é a profissão seja tomada como algo que ainda esteja sendo construído nesta área.” (CFESS, 2011, p. 41). Para os assistentes sociais, o não reconhecimento se dá também por ter poucas obras publicadas sobre o tema educação. Assim, o embasamento teórico metodológico que permeia a profissão dificulta no conhecimento sobre tema, acabando reproduzindo o que é colocado somente pela instituição.

Além desses entraves, o CFESS (2011) enfatiza outras demandas identificadas:

[...] à ultrapassagem dos limites impostos pelo pensamento conservador; à efetivação dos direitos de cidadania daqueles que são “marginalizados” pela sua condição social ou pelo “contexto familiar”; aos limites impostos à participação das famílias na gestão escolar e da política educacional; às poucas produções e estudos sobre o Serviço Social na educação; à precarização dos recursos nas políticas sociais de um modo geral; e à “falta de clareza” dos demais profissionais da educação acerca do campo de atuação do Serviço Social.

Como foi visto anteriormente, o assistente social no campo da educação desenvolve um trabalho direto com as famílias e com a comunidade, para conhecer mais de perto o cotidiano que permeia a vida do aluno. Porém, se torna um dos desafios, pois na própria

dinâmica da instituição o trabalho para propor a participação das famílias neste processo se torna dificultoso.

A inserção das famílias nas decisões escolares ainda é algo que não ganhou relevância para garantir uma educação de qualidade, pois quando se tem a participação democrática de todos os envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos, o trabalho se torna mais completo e dinâmico.

O desafio posto para os assistentes sociais colocado por Distler (2010) é fazer com que as famílias tenham consciência do seu importante papel na vida escolar, que escola, família e comunidade se completam para realizar um trabalho coletivo para a garantia dos direitos, sem “culpabilizá-las” diante das expressões das questões sociais. Desta forma, o serviço social deverá buscar estratégias para que essa integração aconteça, para que as famílias percebam a escola como um espaço democrático e de direito.

Com a participação de toda a equipe na construção da cidadania nas escolas, o trabalho se torna mais eficaz. Assim, “é preciso estar atento às novas demandas decorrentes das transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que incidem no espaço escolar e na cultura da criança.” (DISTLER, 2010, p. 7), pois a dinâmica familiar do aluno muda constantemente, por isso, é importante que os profissionais mantenham sempre contato para não romper o vínculo e integrar-se com as mudanças que ocorrem na vida de cada aluno, compreendendo suas particularidades.

Virgilino e Bressan (2010) seguem nesta mesma consideração, colocando como desafio para os assistentes sociais democratizar o espaço da educação de uma forma ampliada, onde os eixos, família, escola e comunidade sigam juntos na busca por uma educação de qualidade e pelos seus direitos.

A educação tem um grande significado para parte da sociedade, sendo considerada fundamental para superar as desigualdades e as expressões da questão social presentes na realidade. A escola não é o único espaço para preparar para a cidadania e formar sujeitos de direitos, necessita estar amparada por políticas públicas que garantam seu papel em consonância com a democracia, o reconhecimento da função da família como algo primordial no processo de qualificação escolar, participação da comunidade nestes espaços, profissionais qualificados que possuam visão crítica e ampliada para lidar com as questões sociais.

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de

aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade (...) A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. (...) A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. (...) O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa. (NÉRICI, 1972, p.12).

Neste contexto, o principal desafio para o assistente social é formar subsídios e estratégias para que a família e a comunidade se reconheçam como primordial no processo de aprendizagem, entendendo que a escola não é uma instituição isolada e que somente esta tem o papel de educar, mas possui uma função muito mais abrangente. É a construção da cidadania em conjunto, sendo o assistente social, junto a equipe escolar, que devem caminhar para que a participação social ocorra.

Outro desafio colocado por Santos (2010), que explica as desigualdades por um contexto da sociedade capitalista, é como o assistente social se coloca diante da hegemonia de determinada classe social para a manutenção do sistema vigente. Para a autora, “[...] embora as escolas possam contribuir também para a construção de uma nova hegemonia, o que existe hoje é uma educação de massas, ou seja, uma educação que ajuda a conformar os cidadãos [...]” (SANTOS, 2010, p. 5).

Por isso, a importância do trabalho do profissional inserido nas instituições escolares tenha a visão crítica do mundo e de seu fazer profissional, compreendendo as contradições do capitalismo, suas formas de exploração. Segundo Severino, Martins e Zaluar (1992, p.23):

Os desafios que a realidade social e educacional colocam à nação brasileira são enormes: resolver a contradição estrutural que existe entre a declaração constitucional dos direitos sociais (entre eles a educação) e a negação da prática desses direitos; superar a ideologia que associa pobreza material e pobreza cultural, fazendo uma causa e efeito da outra; recolocar-se o problema da escola pública em termos de direitos de todos e acesso ao conhecimento e não apenas como uma mera operação mecânica, descartável pela implantação da automação; repensar, enfim, a relação escola-trabalho de maneira a superar a dualidade saber/fazer e a instrumentalização da escola em função dos interesses do capital.

É a partir dessa visão ampliada de mundo que o desenvolvimento da educação está pautada, na garantia do acesso a educação para todos, não responsabilizando somente a escola, mas sim, o papel do estado se torna fundamental neste processo. Porém, não podendo

deixar que os programas do governo invistam massivamente em políticas focalizadas, sem abranger uma política pública pautada no universalismo. O serviço social está inserido deste contexto, lutando para que essas políticas tenha caráter universal, busquem ações que possibilite a superação da hegemonia para uma sociedade mais igualitária. (SANTOS, 2010).

Face ao caráter sócio-educativo-organizativo impresso na prática profissional é possível contribuir para a ampliação da escola enquanto um espaço democrático que precisa ser repensado não só pela categoria profissional, mas por todos os sujeitos que estão envolvidos nesse processo, e sobretudo atribuir a ela possibilidades contra-hegemônicas. (SANTOS, 2010, p. 11).

Um dos caminhos que Santos (2010) enfatiza, é o fato do serviço social, como uma profissão interventiva, conhecer a realidade, buscar formas pedagógicas “criativas” para superar as demandas intrínsecas na instituição escolar, como a violência, exclusão, evasão, desigualdades e tornar a educação como algo além do capital, rompendo com ideias arcaicas e que levam a reprodução das forças hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui, em suas raízes, uma grande influência de métodos punitivos e autoritários que perpassaram na história do ensino, no Brasil. Com isso, as reformas na educação, ao longo dos anos, trazem marcas de reprodução e de permanência da lógica capitalista, do que necessariamente de notável avanço no sentido de uma educação com fins a uma transformação social, a partir da participação e protagonismo dos sujeitos.

A reforma da educação é necessária, sendo baseada em algumas razões para o alcance de um patamar ideal. Uma delas é o aspecto econômico, onde a maior preocupação de muitas instituições é educar para o indivíduo assumir seu lugar perante a economia no país, estando apto para atender as demandas exigidas pelo mercado de trabalho. Outro aspecto importante é que as mudanças na educação ainda ocorrem, predominantemente, de forma alienada, sendo comum o pensamento que a escola serve somente para garantir “um diploma”.

Ao longo do trabalho pudemos perceber, que o modelo de educação atual não está estruturado para lidar com o sistema vigente, estimulando, dinamizando as devidas reflexões e, muito menos, para contrapô-lo.

A educação precisa ser refletida a partir de uma visão crítica, pois é constituída por processos históricos que estão em constante mudança, enraizados por desigualdades sociais, culturais e econômicas. Dessa forma, os profissionais da educação necessitam entender a realidade em transformação, encarando o passado como referência, mas não como direção, pois cada época possui sua particularidade. É fundamental não reproduzir o que está posto, mas sim elencar alternativas para as mudanças necessárias a cada período.

A LDB (1996) surge como uma proposta democrática na gestão das políticas de educação. Por isso que a autonomia não está somente nas “mãos” dos profissionais que trabalham na escola, daí a importância de se efetivar a autonomia para todos os segmentos da escola, família e sociedade, reconhecendo, nesse processo, o aluno como sujeito principal. Essa autonomia se dá no sentido de traçar metas, objetivos e decisões.

Ensinar envolve um processo amplo que permite desenvolver nos alunos sua capacidade não somente intelectual, mas também reflexiva em face da complexidade do mundo moderno e da grande influência do conjunto dos problemas sociais. Para isso, os profissionais precisam conhecer os alunos, suas necessidades, experiências, pois estes

possuem uma variedade de saberes e valores apreendidos fora do ambiente escolar. Desta forma, a organização e a dinâmica do ato de ensinar estão também intrínsecos as individualidades, a cultura, a experiências da vida social, as relações e ao modo de vida que cada um carrega consigo.

No Brasil, como vimos, a educação, na década de 30, esteve sobre forte influência religiosa e também marcadamente conservadora. Com o crescimento das indústrias nessa época, o capitalismo amplia sua influência, e a década de 60 sofre com o autoritarismo do governo militar, que inviabiliza a participação popular. Na década de 80, a educação começa a caminhar para a democratização, com a Constituição Federal de 1988 e, na década de 90, com a LDB (1996). Porém, algumas características do passado ainda fazem parte do cotidiano do ambiente escolar, assim, o presente trabalho pontuou alguns entraves no trabalho do assistente social em romper com as ideias tradicionais e obter resultados que levem à democratização.

Pudemos perceber, pelo contexto histórico que a pesquisa, possibilitou identificar a educação sendo ‘moldada’ por estruturas de classes sociais que, em cada época, dominavam a sociedade. Dessa maneira, compreendemos que na sociedade capitalista, a educação é predominante vista como mero reproduzidor dos princípios colocados por determinados grupos dominantes, cujas formas de pensar as relações sociais não visam refletir e muito menos romper com a alienação instalada e em franca expansão.

Buscamos nas teorias de Marx (2002), uma proposta de educação para a formação de cidadãos para desvelar a lógica do sistema vigente, com suas contradições, decifrando os modos de produção e sua dinâmica. Para este autor, as práticas pedagógicas somente serão efetivas, se forem compreendidas as formas de superação do capitalismo, para a formação de uma educação com equidade, justa e democrática.

Na pesquisa realizada pelo CFESS (2011), a maioria das respostas das assistentes sociais sobre sua atuação na Política da Educação discorria sobre uma “nova ordem societária” para que a sociedade lute pelos seus direitos e conquiste a necessária autonomia da ordem vigente.

Nos artigos analisados, no eixo temático ‘a atuação do assistente social na educação’, evidenciamos dois artigos que destacaram o modo de produção capitalista como produtor das desigualdades sociais e o papel do assistente social frente a essa questão.

O mercado de trabalho atua no mundo globalizado, seguindo a lógica das relações sociais de exploração, onde o capital domina, ocorrendo um processo de ‘disciplina’ da

sociedade, que acaba utilizando a educação somente para a preparação do indivíduo para atuar no mundo do trabalho.

Frente a atual conjuntura, o assistente social, primeiramente, precisa entender o trabalho como forma de exploração, o capitalismo e suas contradições e principalmente, a educação no seu sentido ampliado, superando as formas de alienação que é própria do sistema vigente. Por este caminho, o profissional, junto com os demais membros da equipe escolar, família e sociedade, propõem alternativas de transformação ao olhar tão minimizado da educação com o objetivo de formar para o trabalho.

Para a efetivação destas mudanças, os profissionais precisam potencializar e, se necessário, criar espaços no ambiente escolar que realizem estas discussões, com dinâmicas, grupos, estudos que suscitem o olhar investigativo de cada profissional, propondo alternativas de trabalho coletivos, entendendo as políticas sociais para a garantia dos direitos, compreendendo as formas de educação desde a sala de aula em uma abordagem da leitura reflexiva e não somente reproduzindo aquilo que está escrito de forma mecânica, até ultrapassando os limites da escola, envolvendo todos a participar da democratização escolar, desenvolvendo o senso crítico.

O assistente social inserido nas instituições de ensino, pela sua prática interventiva e suas análises críticas sobre a realidade, seu trabalho se torna essencial na busca pela efetivação dos direitos, qualidade de ensino e mobilização para a participação de todos neste processo. Para que o rompimento da reprodução do capital ocorra, é preciso que todos estejam envolvidos, em um trabalho coletivo, em consonância com a política da educação.

Neste sentido, um dos desafios colocado para o profissional é desenvolver práticas para que todos participem ativamente desse processo democrático no ensino e que compreendam a importância do olhar ampliado e crítico diante da educação, para desfazer e desmistificar os conceitos que foram instituídos ao longo dos anos sobre uma visão arcaica sobre o tema.

Na maioria dos artigos analisados, percebemos que o enfoque maior volta-se para a participação da família, da comunidade e dos próprios alunos nas ações da escola para a formação de uma educação de qualidade, tornando esse envolvimento ativo da população, num processo de desenvolvimento do ensino, considerando-se que a educação não abrange somente a escola, mas todos os espaços que o aluno tenha relações sociais, culturais, econômicas, afetivas.

Não se pode pensar na escola democrática sem que esteja ligada a sociedade, pois a participação social para formar uma educação pública de qualidade é fundamental, definindo os caminhos a ser percorrido em prol do coletivo. Historicamente se cobrou a participação popular nos espaços escolares, porém, na maioria das vezes, não há a efetiva chamada para a participação da comunidade neste processo, com vistas a uma política educacional que atenda as demandas sociais. Assim, é essencial traçar estratégias para que isso ocorra, pois sem a construção de uma cultura democrática é difícil alcançar a educação desejada.

Por isso, é necessário que a escola dialogue com a comunidade mais ativamente para a construção da cultura da participação, tendo como eixo o trabalho coletivo. Para que ocorra a participação no processo pedagógico, o assistente social buscará na realidade do aluno, traçar metas para seu maior envolvimento nos espaços escolares.

Mas a educação ainda tem muito a avançar no quesito gestão democrática para superar as práticas tradicionais, autoritárias e hierárquicas. Essa ruptura pode contribuir para o âmbito escolar num espaço democrático, enfatizando a cidadania.

A maior dificuldade de fazer com que aconteça a participação social na educação é a elaboração e articulação de estratégias profissionais que mobilizem pessoas para superar a cultura de se moldar, uma vez que a sociedade aprendeu a cultura de se ‘moldar’ pelo que está colocado e não questionar outras possibilidades de ação.

Neste sentido, a pesquisa em questão nos faz refletir que o trabalho do assistente social, frente a mobilização da família e comunidade, não deve se restringir aos discursos teóricos, mas realmente possibilitar e efetivar a participação desses segmentos para estimular o seu interesse e se ‘olhar’ como integrante daquele processo, reconhecendo a sua importância na gestão democrática, para a formação de autonomia e emancipação, refletindo criticamente sobre as mazelas do capitalismo.

Para realizar a mobilização dos alunos, famílias e comunidades, é importante que os assistentes sociais, juntamente com a equipe escolar, promovam e utilizem espaços coletivos disponíveis na própria escola e na comunidade, como por exemplo, reuniões de pais, conselhos, grêmios estudantis, associações de moradores, fóruns, movimentos sociais, sendo lugares do convívio comunitário, criando estratégias para o interesse da participação. A escola precisa de um projeto pedagógico, construído com a comunidade para saber que cidadão que se quer formar no ambiente escolar, percebendo a escola como uma realidade social e não como algo abstrato.

Neste sentido, o trabalho revelou a importância da família estar inserida nesses meios, para a formação de uma educação abrangente e de qualidade, considerando-se a escola uma extensão da família.

O assistente social na educação tem a função fundamental na execução desse processo, pelas suas diretrizes ético política, teórico metodológica e técnico operativa que envolve a profissão. Porém, muitos não reconhecem a política de educação na sua forma ampliada, apenas a consideram como mais um espaço de trabalho, não analisando a importância e possibilidades que podem obter neste meio, somente reproduzindo aquilo que lhe é imposto.

Os profissionais que trabalham na educação, não possuem todos os aportes teóricos para lidar com determinados tipos de demandas identificadas. Neste sentido, cada profissão com sua especificidade contribui para a realização de seu trabalho. O mesmo acontece com o assistente social, precisa reconhecer sua função nesse meio, para executá-la da melhor maneira.

Para que isso seja possível, é preciso conhecer o seu papel, a política educacional e a realidade com que se está trabalhando, para atuar junto as políticas sociais para que sejam assegurados os direitos, o acesso, a qualidade no ensino básico, incentivando a participação, de forma democrática, toda a população que faz parte do ambiente escolar, propondo alternativas para articulação dos interesses coletivos. Assim, “é fundamental o debate coletivo e a articulação com os órgãos representativos da categoria, em especial o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social” (CFESS/CRESS, 2011).

Para subsidiar o trabalho ao assistente social, é necessário que a produção teórica sobre a sua inserção e atuação profissional, na educação, seja mais extensa e mais abrangente, pois é considerado um tema de extrema importância no campo profissional, como podemos verificar nesta pesquisa, porém é pouco discutida em termos teóricos, até mesmo pela dificuldade encontrada na obtenção de obras sobre o assunto, para a execução deste trabalho.

A possibilidade para a contribuição do assistente social na educação é muito extensa, diversificada e importante, somente precisa ser melhor compreendida entre a própria categoria e ampliar esse espaço tão rico, que consolida direitos, articula políticas públicas para a inserção, permanência, exercício da cidadania, participação, democratização, acesso as redes, construção de uma nova ordem societária, superando as contradições, levando informações, conhecer a realidade, identificar demandas, propor estratégias.

Com este trabalho, pretendemos que a discussão sobre o assunto educação básica se amplie e seja realmente avaliada e compreendida pelos profissionais, tirando a venda do senso comum, do fazer profissional tradicional, para a obtenção de um debate concreto, incentivador, pautado no Projeto Ético Político, fomentando debates para a participação e protagonismo popular.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **O Plano decenal de educação para todos e a estratégia nacional de desenvolvimento.** Em Aberto, Brasília, v. 49, n. , p.63-67, 1993.
- BRASIL, L., etc. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo, Fundo Social de Solidariedade do Estado, 1990.
- ALMEIDA, N. L. T.. **Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** 2005. Disponível em: <www.cress-mg.org.br> Acesso em: 22 set. 2011.
- ANTONIO, Rosa Maria; SILVA, Irizelda Martins de Souza e; CECÍLIO, Maria Aparecida. O neoliberalismo e as políticas educacionais públicas do Brasil a partir da década de 1990. **O Neoliberalismo e As Políticas Educacionais Públicas do Brasil A Partir da Década de 1990.** Maringá. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/4_o_neoliberalismo_cp10_.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011
- ASSIS, Luís André Oliveira de. **Rupturas e Permanências na História da Educação Brasileira: do regime militar à LDB/96. História, Memória e Cultura,** Ba, p.1-10, 2011. Disponível em: <<http://curriculohistoria.files.wordpress.com/2009/09/clara.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão social no Brasil e Serviço Social.** In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Capacitação em Serviço Social e política: módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. p. 75-84.
- BATTISTUS1, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane. **Estado militar e as reformas educacionais. Educere Et Educare,** Cascavel, v. 1, n. 1, p.227-231, 2006.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. Revista Katalisys,** Florianópolis, p.46-54, 2007.
- BRASIL. **Constituição Federal.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 334 p.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 181 p.
- BRESSAN, Carla Rosane. **A política social como política de proteção social.** In: Tese de Doutorado: O direito de proteção social não contributiva à infância no Brasil e na França. PUC/SP. 2006. p. 1-25.
- BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro.** Revista Virtual Textos & Contextos,, Rs, n. , p.182-206, dez. 2003.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945)**. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, Minas Gerais, n. , p.1-16, 2003.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. **A educação brasileira nos dez anos da LDB**. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, n. , p.1-51, 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD33-MarceloOttoniCastro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CFESS. Relatório de Pesquisa **“Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”**. Junho de 2011.

CHINI, Marli Aparecida de Lima. **A construção pedagógica dos anos 80 e 90 (do século xx) no brasil e no estado do paraná: o currículo básico para escola pública do estado do paraná e os parâmetros curriculares nacionais**. In: seminário nacional: estado e políticas sociais no brasil, 1., 2011, Cascavel. Monografia. Cascavel: Unioeste, 2011. p. 1 - 15.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educa o básica no brasil**. Educa o Social, Campinas, v. 23, n. 80, p.168-200, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n80/12929.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educa o básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educa o e Sociedade, Campinas, n. , p.921-946, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 set. 2011.

FAGUNDES, Augusta Isabel Junqueira. **LDB- Dez Anos de A o**. Disponível em: <www.ipae.com.br/ldb/augustafagundes.doc>. Acesso em: 13 ago. 2011

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do assistente social na educa o: demonstra o do plano de a o na escola**. 2011. 16 f. Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. . **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.82, p.649-673, 2010.

_____. **Serviço Social e política educacional. Um breve balanço dos avanços e desafios desta rela o**. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na área de Educa o, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **Bolsa-família, educa o e cidadania**. Revista eletrônica de educa o, Maringá, n., p.1-9, 2008. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao3/Artigo2.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

GOUVÊA, Gilda Figueiredo Portugal. **Um salto para o presente a educação básica no Brasil.** São Paulo em perspectiva, São Paulo, p.12-21, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9798.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2011.

GROS, Denise B.. **Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80.** Civitas, Rs, n. , p.273-300, 2003. Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/121/1> Acesso em: 27 ago. 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 1986.

IAMAMOTO, M. V. **Aspectos da história do Serviço Social no Brasil.** In: _____. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda V.Iamamoto, Raul de Carvalho. – 21.ed – SP, Cortez; (Lima, Peru: CELATS, 2007, p 125-358.

IBGE. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira: Síntese de Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, Brasil, n. , p.1-317, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 11 set. 2011.

KONDER, Leandro,. **Sociologia para educadores.** 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e propaganda política: a revista Manchete durante o governo Médici.** 1999. 195 f. Ciências Sociais (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Paranaíba, 1999.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** 2007. 267 f. Serviço Social (Doutorado) - Puc, São Paulo, 2007

MARX, Karl O Capital, DIFEL Editora, São Paulo 2002, Vol 10.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** 10. ed. rev. São Paulo (SP): Global, 2006

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo, Boitempo, 2008.

MORILA, Ailton Pereira; SENATORE, Regina Célia Mendes. **Trabalho e educação em Marx e Gramsci.** Rede de estudos do trabalho, São Paulo, n. 6, p.1-14, 2010.

NÉRICI, Imídeo G. Lar, escola e educação. São Paulo: Atlas, 1972.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília:

CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social.** Lei nº. 8662 jun, 1993.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Estado, sociedade e esfera pública.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competencias Profissionais, Brasília, n. , p.1-18, 2011.

PEREIRA, Wendell L.. **Políticas públicas e educacionais no contexto histórico brasileiro.** Capes, Uberlândia, n. , p.1-13, 2011. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC15.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2011.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.** Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. , p.649-673, 2010.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam.** Serviço social & realidade, Franca, n. , p.182-206, 2009.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais.** Disponível em <http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf> (acessado em 19/03/2005).

Plano Nacional de Educação / Ministério da Educação e do Desporto. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998. 129p.: il., tabs. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/cibec/on-line.htm>

RICARDO, Elio Carlos. **Implementação dos PCN em sala de aula: dificuldades e possibilidades.** Física Na Escola, Sc, v. 4, n. 1, p.16-25, 2003.

RIZZINI, I.; NAIFF, L. A. M.; BAPTISTA R. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

RODRIGUES, Adriana Aparecida. **A contribuição do pensamento de Karl Marx para a compreensão da estruturação do sistema educacional.** 2011. 13 f. Pedagogia (Terceiro Ano) - Faculdade de Educação, Ciências e Letras, Paranaíba, 2011.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação:** contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2. ed. São Paulo: Moraes. 1980. 160p. (Coleção educação universitária).

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira; CARDOSO, Danielhe Negrão. **A Importância Da Inserção Do Profissional De Serviço Social Em Cada Unidade Escolar Pública.,** Presidente Prudente, n., p.1-8, 2005. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1121/1072>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. Revista Katalisys, Florianópolis, n. , p.64-72, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Sociedade civil e educação**. Campinas: Papirus, 1992. 233p. (Coletanea CBE).

SILVA, Sheyla Suely Souza; NOBREGA, Monica Barros da; FONSECA, Cleomar Campos da. **Hegel: suas contribuições ao conhecimento, sua discussão sobre o estado e a (im)pertinência de suas análises para o estudo do estado contemporâneo**. Revista eletrônica ISSN, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-13, 2011. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/1030/585>>. Acesso em: 25 out. 2011.

SILVEIRA FILHO, Helio Braga da. **A Educação nos Anos 1930 e a Construção da Idéia de Progresso**. Anais do Xix Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, São Paulo, n. , p.1-25, 2008.

SILVA, Ítalo Batista da; SILVA, Ed Francklin da. **Aspectos históricos dos planos nacionais de educação do Brasil: da década de 30 à de 80**. Holos, Rn, n. , p.16-25, 2006.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço social e educação: uma questão em debate**. Interface, Natal, n., p.27-41, 29 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/interface/article/viewFile/179/159>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, n. , p.147-165, 2003.

TRINDADE, Raida Renata Reis. **Educação e ideologia para Marx e Engels**. Lato & Sensu, Belém, v. 4, n. 1, p.3-5, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene Cássia Policarpo. . **Educação versus punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2008.

VIRGILINO, Suelen. **O Serviço social no âmbito educacional : possibilidades, desafios e importancia da intervenção profissional - uma experiência no Instituto Guga Kuerten**. Florianópolis, SC, 2008. 94 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em : <<http://tcc.bu.ufsc.br/>

ANEXO A

QUESTIONÁRIO COM ROTEIRO

1) Qual a concepção de educação que orienta as experiências de trabalho do/a assistente social?

2) Qual a concepção de Serviço Social na Educação que orienta as experiências de trabalho do/a assistente social?

3) Quais as condições (possibilidades e entraves) para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional nas experiências de Serviço Social na Educação?

4) Caracterize a inserção do Serviço Social no âmbito educacional, considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social e tendo como referência os seguintes focos:

a) garantia de acesso da população à educação formal e não formal;

b) garantia da permanência da população nas instituições educacionais e naquelas vinculadas à Educação não formal;

c) garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional;

d) garantia da gestão democrática e participativa da população no campo educacional.

Obs.: Caso as experiências profissionais não estejam contempladas nos itens destacados descreva a partir da sua realidade.

5) O Serviço Social no campo educacional integra equipes multidisciplinares e/ou interdisciplinares? De que forma e em quais condições (possibilidades e entraves) acontece essa relação?

Obs.: Caso as experiências profissionais não estejam contempladas nos itens destacados descreva a partir da sua realidade.

6) Qual a leitura que os/as demais profissionais de educação têm do Serviço Social nesta área?

7) Identifique as principais expressões da questão social presentes no campo educacional.

8) Existem ações interinstitucionais e de articulação das Políticas Públicas de Educação com outras políticas, como Saúde, Assistência Social, Cultura, Habitação, Justiça, Esporte e Lazer, Trabalho e Renda, Meio Ambiente? De que forma acontece?

Obs.: Caso as experiências profissionais não estejam contempladas nos itens destacados descreva a partir da sua realidade.

9) Quais as estratégias do Serviço Social para articulação e mobilização do sistema de garantia de direitos e proteção social?

